

ANEXO AO CADERNO DE TEXTOS

34º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional

Brasília/DF, 23 a 28 de fevereiro de 2015

Tema Central: Manutenção e Ampliação dos direitos dos trabalhadores: avançar na organização dos docentes e enfrentar a mercantilização da educação.

**SINDICATO
ANDES
NACIONAL**

**Sindicato Nacional dos Docentes
das Instituições de Ensino Superior**

SCS – Setor Comercial Sul, Q. 2, Bloco C, Ed. Cedro II, 5º andar

Brasília - DF

Fone: (61) 3962-8400

Fax: (61) 3224-9716

Gestão 2014/2016

Presidente: Paulo Marcos Borges Rizzo

Secretário-Geral: Cláudia March Frota de Souza

1º Tesoureiro: Amauri Fragoso de Medeiros

Diretora responsável por Imprensa e Divulgação: Marinalva Silva Oliveira

home page: <http://www.andes.org.br>

E-mail: secretaria@andes.org.br

SUMÁRIO

TEMA II – POLÍTICAS SOCIAIS E PLANO GERAL DE LUTAS	
Texto 14 - A precarização pela política de EAD no Brasil - <i>Contribuição da Assembleia da ADUNIRIO Seção Sindical</i>	007
Texto 45 - A violência e as opressões étnico-raciais e de gênero dentro das universidades: uma pauta do movimento docente - <i>Contribuição da Diretoria da ADUNEB Seção Sindical</i>	010
Texto 46 - Os desafios das associações docentes e do ANDES-SN: organização sindical e <i>multicampia</i> - <i>Contribuição Diretoria Executiva ADUNEB</i>	012
Texto 47 - Seminário sobre violências - <i>Contribuição das professoras Maria Celeste Landerdahl e Márcia Eliane Leindcker da Paixão – sindicalizadas da SEDUFMS</i>	015
Texto 48 - Política como cultura - <i>Contribuição dos professores Carlos Cartaxo e Ricardo de F. Lucena – Sindicalizados das ADUFPB Seção Sindical</i>	016
Texto 49 - A contrarreforma da previdência do governo Dilma Rousseff - <i>Contribuição da Diretoria da ADUFF Seção Sindical</i>	018
Texto 50 - Governo burguês de Dilma (PT) ataca os explorados: organizar a frente única de resistência aos ataques capitalistas! - <i>Contribuição dos professores: Sandra Maria Marinho Siqueira (base da APUB/BA), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR/RO), Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN/RN), Soraia Carvalho (ADUFPG/PB), Douglas Ferreira de Paula (ADUA/AM)</i>	020
Texto 51 – O ANDES-SN e a luta pela constituinte para reforma política - <i>Contribuição dos professores Tiago Nicola (Adusc); Cláudio Félix (Adusb); Paulo Riela (Adufs); David Romão (Apur); Celi Taffarel (Apub); Cláudio Lira (Apub); Joelma Albuquerque (Adufal); Fernando Cunha (Adufpb); Flávio Melo (Aduferpe); Érika Suruagy (Aduferpe); Eudes Baima (Sinduece); Marco Oliveira (Sesduft); Domingos Savio (Adunemat); Humberto Clímaco, Patricia Sartoratto (Adufg); Everaldo Andrade (Adusp); Juanito Vieira (Apesjf); Janaina Brum (Adufpel).</i>	023
Texto 52 – O ANDES-SN e a unidade contra os cortes no orçamento do governo federal - <i>Contribuição dos professores Tiago Nicola (Adusc); Cláudio Félix (Adusb); Paulo Riela (Adufs); David Romão (Apur); Celi Taffarel (Apub); Cláudio Lira (Apub); Joelma Albuquerque (Adufal); Fernando Cunha (Adufpb); Flávio Melo (Aduferpe); Érika Suruagy (Aduferpe); Eudes Baima (Sinduece); Marco Oliveira (Sesduft); Domingos Savio (Adunemat); Humberto Clímaco, Patricia Sartoratto (Adufg); Everaldo Andrade (Adusp); Juanito Vieira (Apesjf); Janaina Brum (Adufpel).</i>	025
Texto 53 – O ANDES-SN e a luta pela retirada das medidas provisórias 664 e 665! - <i>Contribuição dos professores Tiago Nicola (Adusc); Cláudio Félix (Adusb); Paulo Riela (Adufs); David Romão (Apur); Celi Taffarel (Apub); Cláudio Lira (Apub); Joelma Albuquerque (Adufal); Fernando Cunha (Adufpb); Flávio Melo (Aduferpe); Érika Suruagy (Aduferpe); Eudes Baima (Sinduece); Marco Oliveira (Sesduft); Domingos Savio (Adunemat); Humberto Clímaco, Patricia Sartoratto (Adufg); Everaldo Andrade (Adusp); Juanito Vieira (Apesjf); Janaina Brum (Adufpel).</i>	026
Texto 54 – O ANDES-SN e a luta pelo direito a creche - <i>Contribuições dos professores Cláudia Durans (APRUMA), Douglas Bezerra (ADUFPI), Geraldo Carvalho (ADUFPI), Raquel Dias (SINDUECE), Raphael Furtado (ADUFES), Zuleide Queiroz (SINDURCA)</i>	027

Texto 55 – FUNPRESP - <i>Contribuição dos professores Cláudia Durans (APRUMA), Douglas Bezerra (ADUFPI), Geraldo Carvalho (ADUFPI), Raquel Dias (SINDUECE), Raphael Furtado (ADUFES)</i>	029
Texto 56 - O ANDES e as lutas antirracistas - <i>Contribuição dos professores Cláudia Durans (APRUMA), Douglas Bezerra (ADUFPI), Geraldo Carvalho (ADUFPI), Raquel Dias (SINDUECE), Raphael Furtado (ADUFES)</i>	030
Texto 57 - Crise Hídrica - <i>Contribuição da Assembleia Geral da Sinduece-SS realizada no dia 2 de fevereiro de 2015</i>	031
Texto 58 - O ANDES e a CONAE: projetos de sociedade e de educação em disputa - <i>Contribuição da Assembleia Geral da Sinduepg</i>	032
Texto 59 - Professores defendem limites ao financiamento empresarial privado de campanha eleitoral no Brasil - <i>Contribuição da Assembleia Geral da Sinduepg</i>	034
TEMA IV – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	
Texto 60 - A Rede Nacional de Comissões da Verdade Universitárias (RNCVU) e o ANDES-SN - <i>Contribuição da Plenária Estadual da Adunesp S. Sindical, realizada em 27 de janeiro de 2015.</i>	036
Texto 61 - Proposta de reestruturação das diretorias regionais do ANDES-SN – alteração estatutária - <i>Contribuição Assembleia Geral da APUFPR-SSIND</i>	038
Texto 62 - Apoio financeiro ao casarão da luta e ao sistema de formação política do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) - <i>Contribuição dos professores Ana Livia Adriano (ADUFF); Bruno José da Cruz Oliveira (ADUNIRIO); Cláudio Rezende Ribeiro (ADUFRJ); Charles de Sousa Toniolo (ADUFRJ); Eblin Joseph Farage (ADUFF); Edson Teixeira da Silva Júnior (ADUFF); Elza Dely Macedo Cysneiros (ADUFF); Elizabeth Carla Vasconcelos Barbosa (ADUFF); Felipe Brito (ADUFF); Fernanda Maria da Costa Vieira (APES); Francine Helfreich Coutinho dos Santos (ADUFF); Isabella Vitória Pedrosa (ADUFF); Janaina Bilate (ADUNIRIO); Juliana Fiúza Cislighi (ASDUERJ); Juarez Torres Duayer (ADUFF); Lia de Mattos Rocha (ASDUERJ); Luciano Rodrigues de Sousa Coutinho (ADUFRJ); Maria Malta (ADUFRJ); Máira Tavares Mendes (ADUSC); Mauro Luís Iasi (ADUFRJ); Rodrigo Silva Lima (ADUFF); Wanderson Fabio de Melo (ADUFF); Ramiro Marcos Dulcich Piccolo (ADUFF); Rigler Aragão (SINDUNIFESSPA); Renata Rodrigues Vereza (ADUFF); Vanessa Bezerra de Souza (ADUNIRIO).</i>	041
Texto 63 - Sobre o enraizamento da CSP-CONLUTAS no ANDES-SN - <i>Contribuição dos professores Cláudia Durans (APRUMA), Douglas Bezerra (ADUFPI), Geraldo Carvalho (ADUFPI), Raquel Dias (SINDUECE), Raphael Furtado (ADUFES)</i>	043
Texto 64 - Uma proposta de reestruturação na forma de composição do ANDES-SN - <i>Contribuição dos professores Cláudia Durans (APRUMA), Douglas Bezerra (ADUFPI), Geraldo Carvalho (ADUFPI), Raquel Dias (SINDUECE), Raphael Furtado (ADUFES)</i>	044
ERRATA AO CADERNO DE TEXTOS	047

Os Textos Resolução (TR) receberam a mesma numeração que os Textos Apoio (TA) correspondentes. No caso de Texto de Apoio sem Resolução, seu número foi preservado para que, porventura, seja utilizado em proposta de Resolução apresentada durante o evento.

SUMÁRIO DOS TR

TEMA II – POLÍTICAS SOCIAIS E PLANO GERAL DE LUTAS	
TR 14 - A precarização pela política de EAD no Brasil	009
TR 45 - A violência e as opressões étnico-raciais e de gênero dentro das universidades: uma pauta do movimento docente	011
TR 46 - Os desafios das associações docentes e do ANDES-SN: organização sindical e <i>multicampia</i>	015
TR 47 - Seminário sobre violências	016
TR 48 - Política como cultura	017
TR 49 - A contrarreforma da previdência do governo Dilma Rousseff	019
TR 50 - Governo burguês de Dilma (PT) ataca os explorados: organizar a frente única de resistência aos ataques capitalistas!	021
TR 51 – O ANDES-SN e a luta pela constituinte para reforma política	024
TR 52 – O ANDES-SN e a unidade contra os cortes no orçamento do governo federal	025
TR 53 – O ANDES-SN e a luta pela retirada das medidas provisórias 664 e 665!	027
TR 54 – O ANDES-SN e a luta pelo direito a creche	028
TR 55 – FUNPRESP	029
TR 56 - O ANDES e as lutas antirracistas	030
TR 57 - Crise Hídrica	032
TR 58 - O ANDES e a CONAE: projetos de sociedade e de educação em disputa	033
TR 59 - Professores defendem limites ao financiamento empresarial privado de campanha eleitoral no Brasil	034
TEMA IV – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	
TR 60 - A Rede Nacional de Comissões da Verdade Universitárias (RNCVU) e o ANDES-SN.	037
TR 61 - Proposta de reestruturação das diretorias regionais do ANDES-SN – alteração estatutária	039
TR 62 - Apoio financeiro ao casarão da luta e ao sistema de formação política do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)	042
TR 63 - Sobre o enraizamento da CSP-CONLUTAS no ANDES-SN	044
TR 64 - Uma proposta de reestruturação na forma de composição do ANDES-SN	046

TEMA II – POLÍTICAS SOCIAIS E PLANO GERAL DE LUTAS

TEXTO 14

Contribuição da Assembleia da ADUNIRIO Seção Sindical

A pedido da ADUNIRIO estamos substituindo o texto 14 (TA e TR) apresentado na página 69 do Caderno de Textos do 34º Congresso

A PRECARIZAÇÃO PELA POLÍTICA DE EAD NO BRASIL

TEXTO DE APOIO

A lógica da reforma do estado brasileiro em geral, e do setor educacional em particular, seguiu a máxima neoliberal, indicada ainda no governo Sarney pelo economista Bresser Pereira: expandir com custo reduzido. Todos os governos que o sucederam continuaram aplicando o mesmo princípio, desde Collor de Mello, Itamar Franco, seu sucessor FHC, seguido por Lula e Dilma. A LDB 9394/96 é o principal fruto dessa lógica no campo educacional, sendo a EAD sua expressão mais contundente. Outra área do campo educacional a ser diretamente afetada pela LDB foi a da formação de professores. Havia, como ainda há até hoje, um certo consenso entre os professores e os responsáveis pelas políticas públicas educacionais que, sem a melhoria da formação de professores, a educação básica não atingiria a qualidade mínima requerida.

O governo do Estado do Rio de Janeiro, na gestão do Sr. Anthony William Matheus de Oliveira - Garotinho (1998 a 2002), uniu a necessidade de melhoria da formação com a EAD, permitida pela LDB e instituiu, no âmbito da Secretaria de Ciência e Tecnologia, o projeto CEDERJ, em 1999. Tomou como base dessa criação antigo projeto do falecido Senador Darcy Ribeiro, cuja ideia primeira era aproveitar a reconhecida excelência do ensino das Universidades Públicas sediadas no Estado do Rio de Janeiro e formar um consórcio entre as mesmas para levar ao interior do estado um ensino superior público de qualidade.

Este consórcio, financiado inicialmente pelo Governo do Estado, assumiu a função de agência articuladora da criação dos cursos nas universidades consorciadas, produtora e distribuidora de material didático, de apoio a toda a logística necessária ao funcionamento dos cursos, articuladora das condições político-pedagógicas de sustentação dos polos nos municípios onde se instala, além de, secundariamente, ser o órgão a oferecer cursos de formação continuada através do setor de extensão. No processo de consolidação jurídica da instituição, o consorcio fundiu-se ao Centro de Ciências do Estado do Rio de Janeiro dando origem à Fundação CECIERJ.

As universidades são as responsáveis pelos cursos, são as instituições certificadoras e legalmente reconhecidas para esse fim. Há cursos que são ofertados por uma só instituição, outros que são partilhados entre uma ou mais instituições.

O consórcio e as universidades partilham as responsabilidades pela seleção de tutores, tanto os que atuarão nos polos (chamados de tutores presenciais), quanto os que atuarão na sede do curso (chamados de tutores à distância). Todos esses profissionais são pagos através de bolsas, que podem ser oriundas do CEDERJ, a partir de seleção pública com validade de 2 anos, ou da UAB, também a partir de seleção pública, mas como pré-requisito o tutor deve estar vinculado a Programa de Pós-Graduação ou ser servidor

público. Todos os processos seletivos são pensados de forma a não caracterizar vínculo empregatício.

Hoje esse modelo de expansão atingiu uma quantidade expressiva de alunos e já conta, no Estado do Rio de Janeiro, com 12 cursos ou mais de graduação que se espalham por quase todos os municípios do estado. O modelo criado no Rio de Janeiro se expandiu para o Brasil. Hoje são 1206 os cursos ofertados, entre Tecnológicos, Bacharelados, Licenciaturas e Pós-Graduações em 677 polos distribuídos pelo país, ofertados por 96 instituições de ensino públicas (Universidades Federais e Estaduais e Institutos Federais).

Outro elemento que sustenta este projeto de educação à distância é a diversificação do papel docente (polidocência). Para muitos estudiosos, a docência presencial já se configura como uma atividade multideterminada, que depende de fatores institucionais, culturais e individuais. Em relação à docência realizada na modalidade à distância, entende-se comumente que novos saberes precisam ser incorporados pelos professores, com destaque para o domínio das tecnologias de informação e comunicação, a gestão do tempo e o gerenciamento de uma equipe de tutores como os principais. Corroboramos desse entendimento, embora entendamos também que, no caso específico do uso das TIC (Tecnologias da Informação e Comunicação) nas reformas educacionais brasileiras, o mesmo é consequência das exigências internacionais e são utilizados como elementos do processo de individualização de formação do trabalhador.

Agrava o quadro o fato desse trabalho polidocente ser levado a termo de forma precária. Quais são as características dessa precarização?

1 A inexistência de vínculo trabalhista e de garantias legais na execução do trabalho. Os docentes das universidades ganham bolsas que complementam seus salários, embora por um valor h/a menor do que o pago pelo vínculo institucional. Além disso, assumem as tarefas dessa docência como secundárias no seu fazer cotidiano, uma vez que estas não contribuem para a sua progressão docente e não contam pontos para o currículo Lattes;

2 Os tutores presenciais e à distância recebem bolsas e não estabelecem um vínculo trabalhista formal com qualquer instituição, nem com a universidade, nem com o consórcio nem com a prefeitura que mantém o polo. O valor dessas bolsas é nivelado ao dos professores da educação básica estadual, em termos de hora/aula, o que os distancia ainda mais de uma remuneração semelhante a dos demais professores das IES (Instituições de Ensino Superior);

3 A coordenação das disciplinas, a cargo dos professores das IES consorciadas, obriga estes docentes a articular os tutores presenciais e à distância. Os tutores presenciais, que estarão em contato com os alunos e os orientarão nos estudos, têm períodos curtíssimos (1 sábado no Rio de Janeiro, como norma) de preparação geral, e nesses encontros discutem as funções de um tutor à distância e um treinamento para uso da plataforma. É possível que nesses encontros eles tenham momentos com os coordenadores das disciplinas pelas quais serão responsáveis nos polos (é comum o mesmo tutor presencial ser responsável por mais de uma disciplina do curso). Essa preparação específica, quando existe, ocupa 1/3 do tempo total disponível. Ao longo do curso são pouquíssimas as oportunidades de troca e interação entre esses sujeitos, o que pode causar ruídos na comunicação e dificuldades ao aprendizado dos alunos;

4 A seleção de tutores à distância privilegia alunos de cursos de pós-graduação que, mesmo já sendo, na sua maioria, professores de origem, assumem tal tarefa entendendo-a como temporária, passageira e, portanto, distante da sua atividade preferencial e/ou

principal, o que aliás é característica de toda a polidocência que forma esta rede.

5 As dificuldades desses colegas tutores se filiarem aos sindicatos docentes das universidades uma vez que não estão formalmente vinculados às instituições.

6 A fragmentação da relação dos docentes das IES com seu sindicato, uma vez que, pela quebra da autonomia universitária, a remuneração dos colegas tutores pode ser cortada em caso de adesão a uma paralisação ou a uma greve.

A luta pela melhoria desse sistema passa pela rediscussão do modelo pedagógico adotado, pelo desafio de retomar a autonomia universitária aviltada nesta política pública e, principalmente, no nosso entendimento, pela esfera da luta sindical, uma vez que são os interesses e direitos das professoras e professores que estão em risco. Há vários colegas que já trabalham há muitos anos no sistema e não terão contabilizado esse tempo de atuação no cálculo para a aposentadoria - se saírem hoje não recebem qualquer tipo de indenização. Férias, nesse sistema, não existem. Em diversos estados da federação os tutores e coordenadores de disciplina recebem 10 bolsas por ano trabalhado. No caso do Rio de Janeiro, não há interrupção de pagamento, pois os cursos funcionam como fluxo contínuo. Em muitos estados e instituições, essa atuação como tutor não é considerada como atuação docente e, portanto, são inúteis para aproveitamento em concursos públicos da área.

A proposta de debate sobre o frágil e precário vínculo dos professores tutores denuncia como a EAD é uma das formas mais explícitas de precarização do trabalho na universidade na atual conjuntura. Assim como os contratos de professor substituto e temporário, similar ao professor horista, também o são.

Temos convicção sobre a importância do debate mais amplo sobre a expansão precarizada nas universidades e suas diferentes manifestações. Há uma clara disputa entre diferentes projetos de universidade, tendo em vista o modelo de expansão imposto via REUNI, em detrimento dos princípios elaborados e defendidos pelo ANDES.

Portanto, conclui-se que a EAD está incluída no debate sobre a fragmentação e demais formas de precarização, como a falta de espaço e de estrutura para o docente trabalhar, dentre outros. Este debate, além de examinar e tencionar a contínua precarização do trabalho docente na universidade como um todo, alude à necessidade de travar uma luta unitária em relação à precarização da educação nos âmbitos do ensino básico, fundamental e médio.

TR - 14

O 34º Congresso do ANDES delibera:

1. A realização de um seminário nacional para debater a questão da precarização nas Universidades, considerando o percurso histórico deste processo e não somente questões conjunturais, enfrentando a situação da EAD, dos professores substitutos, visitantes e bolsistas, e pautando a necessidade de organização dos trabalhadores em condições de vínculos precários.
2. A realização de levantamentos, pelas Seções Sindicais, da situação de precarização em suas universidades\campi, seja pela EAD seja por outras formas.

A VIOLÊNCIA E AS OPRESSÕES ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO DENTRO DAS UNIVERSIDADES: UMA PAUTA DO MOVIMENTO DOCENTE

TEXTO DE APOIO

As reflexões mais antigas sobre a participação das mulheres na História vivida e sua ausência na história escrita utilizam-se do conceito de silenciamento, como suporte para a compreensão deste processo de marginalização. Entretanto não apenas as mulheres sofreram com a ausência de estudos e pesquisas sobre, mas a população negra e indígena passaram muito tempo ausentes de nossa história oficial. Esse silenciamento destes sujeitos contribuiu para o fortalecimento do machismo, do racismo e da homofobia.

O percurso feito pelos diversos movimentos sociais sintetiza hoje, enquanto bandeira de luta principal e unificada, a necessidade de pontuarmos, nos mais diversos espaços, a equidade de gênero e étnico-racial. Na proposta a busca esta igualdade, o poder se distribuiria de maneira horizontalizada. Portanto, mesmo que a manutenção desta equidade seja pautada sempre na disputa cotidiana dos contrários e conte com a solidariedade entre os aliados e aliadas, esta bandeira já aponta a demanda de homens e mulheres críticas/os ao machismo, ao racismo e a homofobia e outras formas de opressão, em repensarmos o formato das nossas relações e o sistema em que estas relações hoje são mantidas.

O conceito de silenciamento permite compreendermos também de que maneira as relações sociais construídas em determinados períodos da História colocaram as mulheres, e outros grupos minorizados em espaços marginalizados, especialmente pensando os espaços de decisão política. Pensando a atualização desta discussão, podemos estender esta reflexão, partindo do conceito de silenciamento, para todos os trabalhadores e trabalhadoras, “excluídos da História Oficial”, tais como negros e negras, gays, lésbicas, transexuais, travestis.

Um outro elemento importante para essa discussão são como se dão as relações de poder, a marginalização destes grupos fazem parte da luta cotidiana de classe. A violência dentro das Universidades e o adoecimento de docentes, discentes e técnicos, não podem ser percebida apenas como opressão de gênero e étnico-racial, ela precisa ser observada como opressão de classe também. A estrutura das Instituições de Ensino Superior e sua hierarquização tem como base a classe, logo, precisamos analisar de onde sai a agressão e a qual grupo social pertence o agressor (a) e o (a) agredido.

Diante disso, fazendo uma reflexão conjuntural observamos que, apesar de não ter se iniciado no capitalismo, as opressões de gênero e étnico-raciais, as violências contra gays, lésbicas, transexuais, travestis, comunidades indígenas, negros e negras e as violências que sofrem os companheiros e companheiras, trabalhadores e trabalhadoras, tornaram-se já estruturais para o sistema capitalista na atualidade. Todas essas opressões e a exploração de classe hoje são articuladas para manter o sistema capitalista, tornando-

se urgente a disputa contra-hegemônica por parte dos grupos organizados contra este sistema.

Pensar o conceito de silenciamento a partir da atual conjuntura nos permite compreender a relevância de repensarmos as nossas ações nos diversos espaços de militância, incluindo o Movimento Docente. Além das questões já pautadas, outra reflexão importante que temos que trazer se refere à discussão acerca da saúde docente. Não temos como pensar saúde docente sem levar em consideração as mais diversas formas de violência a que são submetidos homens e mulheres trabalhadores e trabalhadoras. Mais especificamente, algumas formas de violência alcançam as mulheres negras e indígenas de maneira mais drástica. Boa parte dos assédios sexuais vivenciados por mulheres no ambiente docente não são denunciadas e as consequências destas ações podem marcar o próprio processo de formação e atuação destas mulheres no universo acadêmico, conforme apontam pesquisas recentes da Universidade de Illinois¹.

Considerando as resoluções congressuais, ainda no Movimento Docente há uma ausência de discussão sobre gênero e classe, étnico-racial e classe, além da identificação no mundo acadêmico onde o/a Docente não se vê enquanto trabalhador/a, ao menos parte significativa da categoria, diante disso, percebeu-se a necessidade de se discutir e analisar a relação da precarização da mão de obra docente, em relação as duplas jornadas de trabalho e a produtividade acadêmica imposta às mulheres, à violência moral, e estimular os diálogos entre a academia e os movimentos sociais, a exemplo da presença das UPP nas universidades e como isso atinge as mulheres, gays, lésbicas, indígenas e negros e negras.

Entendendo que nós Docentes somos responsáveis pela formação de parte significativa dos (as) profissionais nas áreas de saúde, educação, engenharia, por exemplo, e compreendendo que estes também são produtos do meio social, e estes poderão reproduzir a violência moral que é machista, homofóbica, racista e classista, trazemos este tema para o 34º Congresso do ANDES-SN.

TR – 45

O 34º CONGRESSO delibera pela:

1. Criação no ANDES-SN observatório da violência de gênero, étnico-racial e moral, construindo banco de dados para analisarmos e identificarmos as formas que esta ocorre e sua intensidade dentro das Universidades, e assim consolidarmos ações de combate destas;
2. Ampliação da obrigatoriedade da Lei 11.645/08 para os cursos de Bacharelados e da área de saúde, pois entendemos que a luta contra o racismo deve ocorrer também durante a formação universitária;
3. Criação de Jornal impresso do ANDES-SN com matérias de combate ao sucateamento das Universidades Públicas, ao machismo, homofobia e racismo, se constituindo enquanto mídia contra-hegemônica a ser distribuída ao público externo das Universidades gratuitamente.

¹ Ver: <http://delas.ig.br/comportamento/2014/assedio-sexual-impede-o-progresso-feminono>. Acesso em 26 de agosto de 2014.

TEXTO 46

Contribuição Diretoria Executiva ADUNEB

OS DESAFIOS DAS ASSOCIAÇÕES DOCENTES E DO ANDES – SN: Organização Sindical e *Multicampia*

TEXTO DE APOIO

A *Multicampia* nas universidades públicas surge como política de expansão do ensino superior imposta pelo Estado no passado e no tempo atual. Não se pode negar que a *Multicampia*, em forma de expansão, das universidades públicas vai constituindo-se como uma política acadêmica que além da produção de conhecimentos científicos tem contribuído na transformação da realidade social-política na qual está inserida por mérito do engajamento político e profissional do seu corpo docente e técnico, e ao mesmo tempo apresenta desafios para o movimento docente: como organizar e fortalecer as associações docentes e seções sindicais que estão espalhadas e distantes entre si política e geograficamente?

Partindo desse questionamento, o objetivo do texto é apresentar os desafios da organização sindical nas Universidades *Multicampi*, tendo em vista a precariedade da "nova" forma de se produzir o conhecimento e se relacionar no ambiente acadêmico.

O ANDES-SN está organizado da seguinte forma, segundo seu Estatuto:

Art. 13. São instâncias do ANDES-SINDICATO NACIONAL:

I – CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL (CONGRESSO);

II – CONSELHO do ANDES-SINDICATO NACIONAL (CONAD);

III – DIRETORIA do ANDES-SINDICATO NACIONAL (DIRETORIA);

IV – SEÇÕES SINDICAIS (S.SINDs) ou ADs-SEÇÕES SINDICAIS (ADs-S.SINDs) constituídas por:

a) Assembleia Geral;

b) Diretoria;

c) outros órgãos constituídos no seu interior nos limites deste Estatuto e de seu regimento.

Parágrafo único. É vedado o voto por procuração nas instâncias de deliberação do SINDICATO NACIONAL e de suas SEÇÕES SINDICAIS ou AD-SEÇÕES SINDICAIS.

O Docente filiado as ADs e S.SINDs pertencentes ao ANDES-SN, só tem direito a voz e voto, se estiverem presentes nas Assembleias Gerais e nos outros espaços deliberativos, considerando que parte significativa dos professores estão no interior, entende-se que haverá prejuízo na organização sindical, pois, tem-se fóruns esvaziados e a ausência dos filiados nos espaços formativos. Diante disso, o ANDES-SN necessita

repensar sua organização para aproximar o Sindicato de sua base. No entanto, essa reflexão não pode ser pautada pela pulverização da forma organizativa e desconsiderar a forma sindical que se unifica por tronco de atividade. Nesse sentido, torna-se importante compreender o processo histórico que consolidou a *multicampia* como modelo de Universidade e de sua expansão.

A organização estrutural das Universidades brasileiras foi balizada, segunda Nadia Fialho² em pesquisa sobre Universidade *Multicampi*, com a chegada da Família Real portuguesa (1808), o Estatuto das Universidades Brasileiras (1931) e a Reforma Universitária (1968), quando passamos de instituições isoladas de ensino superior para conglomerados de unidades sob o nome de universidade. Entretanto, este não representou um modelo orgânico articulado, segundo Fávero³ entre 1808 a 1920 tínhamos apenas a conglomeração de faculdades, escolas e institutos superiores em sua essência não se configurava em Universidade.

Após 1931, com Estatuto das Universidades Brasileiras projetou-se a união em um único Campus todas as instituições que compõe a Universidade. Entre 1808 a 1968, de acordo com Fialho a história da Universidade Brasileira foi marcada por dois aspectos: a dimensão organizacional e a espacial. Temos então, nesse processo um ensino superior isolado que na tentativa de consolidar a integração, criou a ideia de universidade a partir dos conglomerados.

Será na década de 1920, que após muitas críticas ao modelo de ensino superior adotado pelo governo brasileiro, que teremos a criação das suas primeiras universidades, que surgem a partir da incorporação de unidades, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. Mas, seria a Universidade de São Paulo, criada em 1934, dentro dos parâmetros do Estatuto das Universidades Brasileiras (1931), a primeira Universidade do país, a mesma também nasceu englobando algumas escolas existentes em sua estrutura.

Entre 1931 e 1968 pouca coisa mudou, de acordo com Nadia Fialho, a Reforma Universitária de 1968, atribuiu o ensino superior preferencialmente a Universidade, e esta continuava ser resultado da organização de conglomerados das unidades de ensino isoladas. A historicidade da dinâmica que compôs o ensino superior no país nos faz refletir sobre algumas questões que não devem ser desprezadas ao se estruturar um projeto de universidade, estas seriam as variáveis de âmbito acadêmico, organizacional e espacial. Essas dimensões não podem ser analisadas separadamente, pois uma compõe a outra, e pensando a universidade *multicampi*, ela também é afetada por essas dimensões.

A *Multicampia*, que em sua essência organizativa é desconcentrada e dispersa fisicamente e geograficamente, segundo Fialho necessita de medidas que garanta sua organicidade assegurando o exercício de suas atividades, seu desempenho, e assim cumprir com seu objetivo: ensino superior fundamentado no tripé universitário: ensino, extensão e pesquisa.

Entre 1970 e 1980, além do fortalecimento do tripé ensino, extensão e pesquisa, houve um esforço entre intelectuais da área de educação na sistematização do conceito de Universidade, mas nesse contexto os desafios são outros, tendo em vista as divergências regionais e ausência do Governo Federal em relação à expansão universitária, os governos estaduais serão protagonistas na implantação das Universidades. Para Fialho

(...) Há evidente entrelaçamento entre a instalação das instituições multicampi, a expansão dos campi e a interiorização do ensino, ou seja, as

² FIALHO, Nadia Hage. *Universidades Multicampi*. Brasília: Autores Associados: Plano Editora, 2005.

³ FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *Universidade e Poder*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

relações entre o processo de ocupação do espaço territorial e a oferta da educação superior, assumidas pelos Estados, no mais das vezes na ausência da União.⁴

Essa ausência somada às desigualdades regionais também pesaram no processo de instalação do ensino superior no país, no que tange as relações financeiras do MEC com as universidades estaduais e com outras agências federais de fomento era muito restrito, entretanto, de acordo com Sampaio, as estaduais paulistas – USP, UNICAMP e UNESP – e a carioca UERJ, fugiam essa regra.

Esse distanciamento entre MEC e Universidades Estaduais foram prejudiciais à organização e as ações nas instituições estaduais de ensino superior multicampi, que ainda sofrem com a falta de incentivo de recursos federais, da ausência de um plano orçamentário e investimento por parte do Governo Estadual, inviabilizando que as universidades estaduais localizadas nas regiões Norte e Nordeste consigam formular um projeto de universidade multicampi que deem conta das especificidades de cada território de identidade, no qual, estão instaladas.

Nessa perspectiva, no momento de formular resoluções referentes à organização sindical do Movimento Docente, no universo multicampi, as contribuições das pesquisas de Fialho, Fávero e Sampaio chamam atenção para as dimensões espaço-temporais e funcionais, na configuração da multicampia, pois esta envolve problemáticas específicas que precisam ser tratadas de forma diferenciada, distinguindo instituições universitárias formadas por um só campus ou por muitos campi, e ainda quando distribuídas em um ou mais municípios. Tendo em vista essas considerações, observou-se que essas dimensões incidem sobre a organização política e acadêmica desta, como também sobre a sua natureza universitária.

Se a Multicampia se configura em um novo desafio, o corpo docente universitário também demanda atenção, pois

Novos papéis relativamente aos conhecimentos e a formação profissional são atribuídos à educação superior no contexto atual da globalização econômica que interferem, diretamente, nas atividades docentes. Dada a enorme importância do conhecimento como motor da economia neoliberal, a educação superior adquire centralidade nas agendas que tem a responsabilidade de propiciar as condições de possibilidade de potencializar a sociedade econômica global. (...) Em outras palavras, a educação superior se vê instada a produzir os conhecimentos e as técnicas úteis ao desenvolvimento econômico material e imaterial e a fortalecer a ideologia e as correspondentes práticas do neoindividualismo consumista e competitivo.⁵

[4]

Num quadro onde a produção do conhecimento tornou-se mercadoria, e as relações de trabalho na Universidade se diluem no mundo acadêmico, onde dentro deste neoindividualismo o Docente não se vê como trabalhador e sim como acadêmico, no universo da multicampia isso se intensifica, pois a sede sindical está geograficamente distante dos campi, e as atividades de formação política centralizadas na capital, criando um espectro de que os filiados do interior são despolitizados e desinteressados, não compreendendo as dimensões que compõe a Multicampia.

⁴ FIALHO, Nadia Hage. *Universidades Multicampi*. Brasília: Autores Associados: Plano Editora, 2005.

⁵ SOBRINHO, José Dias. Professor Universitário: contextos, problemas e oportunidades. In: CUNHA, Maria Isabel; SOARES, Sandra Regina (Org.) *Docência Universitária: profissionalização e práticas educativas*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2009.

Nesse sentido, para potencializar o Seminário Nacional do ANDES-SN e observando ausência de formulação política sobre a organização sindical no universo multicampi, propomos que o tema do próximo Encontro do Setor das IEES e IMES seja “Organização Sindical na Multicampia” tendo em vista que a UNEB, UDESC, UECE, UERJ, UESB e UNESP são Multicampi, que regimentalmente a vídeo-conferência não se constitui como elemento legal para composição de Assembleias, ou que a descentralização da Diretoria Executiva garantirá a funcionalidade e a unidade na luta do Movimento Docente, pois ainda não debruçou-se nas dimensões que compõe as Universidades Multicampi. Diante do exposto propomos as seguintes TR:

TR - 46

O 34º Congresso delibera:

1. O ANDES defender a valorização do trabalho Docente na política acadêmica de *multicampia*, repudiando a fragmentação da carga horária de trabalho, defendendo que o Docente seja lotado em um único Campus e/ou Departamento.
2. Criação de GT sobre expansão e *multicampia* para aprofundar os estudos sobre essas políticas na Universidade brasileira, e a partir disso propor uma política acadêmica que respeite os direitos da categoria docente.

TEXTO 47

Contribuição das professoras Maria Celeste Landerdahl e Márcia Eliane Leindcker da Paixão – sindicalizadas da SEDUFMS

SEMINÁRIO SOBRE VIOLÊNCIAS

TEXTO DE APOIO

Considerando que

- O ANDES-SN possui vários grupos de trabalho em nível nacional e em suas Seções Sindicais no intuito de fomentar debates e ações efetivas a partir das áreas específicas e, assim, contribuir com uma educação democrática e igualitária;
- As reuniões dos GTs apontam as demandas existentes nos espaços universitários e que estas precisam se transformar em ações políticas no espaço coletivo nacional e local;
- As pautas dos Congressos abrem espaço para formações em nível nacional e local e isso fortalece o Sindicato amplamente e promove visibilidade para os temas dos Seminários de formação;
- O Grupo de Trabalho Política de Classe, Etnicorraciais, Gênero e Diversidade Sexual (GTPCEGDS) realizou reunião de trabalho em novembro p.p. e apontou a necessidade de intensificar a articulação nas Seções Sindicais onde seja possível circular ideias e experiências sobre a temática do GT;

- O GTPCEGDS reúne diversas temáticas e realidades do Brasil e acredita que a visibilidade e a força iniciam também através de ações nas Seções Sindicais e que culminem em atos nacionais;
- Os movimentos reflexivos podem iniciar em nível regional em períodos que cada Seção Sindical achar viável, buscando parceria com os movimentos sociais locais com vistas ao evento nacional.

TR – 47

O 34º Congresso do ANDES-SN delibera:

1. que em 2015 aconteçam Seminários Regionais com a temática Violências para mobilizar, informar e sensibilizar a comunidade local a respeito do tema e suas implicações nos espaços acadêmicos e sociais;
2. que em 2016 aconteça um Seminário Nacional sobre Violências e que aconteçam atos mobilizatórios que visibilizem as questões das mulheres, dos e das indígenas, das negras e dos negros e da diversidade sexual.

TEXTO 48

Contribuição dos professores Carlos Cartaxo e Ricardo de F. Lucena – Sindicalizados das ADUFPB Seção Sindical

POLÍTICA COMO CULTURA

TEXTO DE APOIO

A cultura é uma expressão humana que nos acompanha desde que o homem se percebeu capaz de construir mundos e transformar a realidade. Por isso a cultura é essencial ao desenvolvimento. Dentro desse contexto focamos a arte que tem um papel determinante como agente de transformação. Todavia, há quem confunda cultura com arte; mas esta é apenas uma expressão que contempla a cultura. De fato, o ser humano é representado por culturas, dentre elas destacamos a política como uma forma de preparação e representação social. Se, por um lado, a cultura permite aos grupos humanos se reconhecerem como iguais e na igualdade, as diferenças; por outro, nos parece certo dizer que é através da cultura que as classes dominantes buscam legitimar a sua ideologia. Compete, portanto, as organizações civis, incluindo os sindicatos, terem políticas culturais que façam um contraponto a esse procedimento político hegemônico. A cultura é um caminho para se reagir e assim poder construir uma sociedade mais justa, democrática e igualitária. Onde as minorias possam também se reconhecer como participes e produtoras de cultura.

Portanto, as organizações sindicais devem refletir, permanentemente, sobre o lugar da arte e da cultura na formação política do cidadão.

Na segunda década do século XXI ainda cabe uma abordagem da concepção Weberiana de que dentre os instrumentos indutores, poderosos e eficazes de legitimação do Estado está a política cultural e a indústria cultural, responsáveis pela divulgação, conservação e imposição ideológica da classe dominante. A política cultural é responsável pela determinação e indução ao consumo de uma cultura voltada aos interesses ideológicos da classe dominante. O caminho onde essa formação ideológica se dá é nos canais sociais, ou seja, nas escolas, em todos os níveis, das creches as universidades; nos planos e programas de educação e cultura; nos museus, casas de espetáculos, galerias; na cultural popular; nas expressões artísticas, incluindo a literatura e na cultural imaterial. Já a indústria cultural se apropria da mídia, representada pelos meios de comunicação de massa, incluindo a internet, para impor e massificar a ideologia dominante.

Nesse contexto, os sindicatos devem implementar políticas culturais que incentivem, discutam e elaborem ações culturais que questionem e critiquem, de forma ampla, as políticas culturais alienantes, elitistas, consumistas e dominadoras. É bom lembrar que ações da política como cultura com o fim de transformações sociais foram adotadas e vivenciadas em vários momentos de nossa história, por exemplo, o CPC (Centro de Cultura Popular) da UNE. É importante, e necessário, uma política cultural em nível sindical para que trabalhemos contra a manipulação de massas que tem o fim de transformar as expressões artísticas e culturais em simples produtos e espetáculos de consumo e entretenimento ou a indução mercantil que privatiza a arte e a cultura, fechando-as em museus, galerias e casas de espetáculos cobrando ingressos que impossibilitam o acesso a maioria da sociedade.

A ADUFPB, através de sua diretoria cultural, tem aproximado seus filiados a entidade por meio de atividades como: concurso de contos, de fotografia e de curta metragem - este último com o tema: precarização do ensino, pesquisa e extensão na UFPB; Coral; Grupo de teatro; aulas de dança de salão; oficina de trabalho vocal; sessões de cinema; e saraus poéticos, eventos que propiciam debates e encontros em torno de uma política cultural. Fazer cultura é democratizar o conhecimento. Portanto, a prática de formação cultural e intelectual é uma formação política do cidadão.

As universidades brasileiras são celeiros culturais, ambientes que poderiam estar fazendo política através de debates, fomento e realização de ações culturais. Desse modo, urge que o ANDES compreenda que fazer cultura é fazer política e aprove um programa de política cultural baseada na realização de:

TR – 48

O 34º CONGRESSO delibera:

1. Que o ANDES-SN realize o Seminário Nacional “Política como cultura cultura como política;
2. Que o ANDES-SN realize concursos artísticos temáticos nas diversas expressões artísticas;
3. Que o ANDES-SN realize Mostras cinematográfica, fotográficas, literárias, etc. com temática de alcance e circulação nacional.

TEXTO 49

Contribuição da Diretoria da ADUFF Seção Sindical

A CONTRARREFORMA DA PREVIDÊNCIA DO GOVERNO DILMA ROUSSEFF

TEXTO DE APOIO

As eleições de 2014 foram marcadas pela polarização entre as candidaturas do PT e do PSDB. Após a disputa apertada, a candidata Dilma Rousseff venceu por pequena margem o candidato Aécio Neves no segundo turno. A principal razão para a vitória foi o medo da população que a vitória do PSDB significasse um retrocesso nos direitos sociais e trabalhistas, como a propaganda adversária insistia em anunciar em diversos momentos, como no pronunciamento da presidenta que afirmou não mexer nos direitos dos trabalhadores nem que a “vaca tussa”.

Encerrada as eleições, e antes mesmo de tomar posse para o segundo mandato, as promessas se desfizeram e o governo Dilma Rousseff (PT) editou as medidas provisórias 664 e 665 que pretendem promover grande corte de direitos previdenciários. A MP 665, publicada em 30 de dezembro de 2014, altera a Lei 7.998/1990 que regula o Programa de Seguro Desemprego e modifica a Lei 10.779/2003 que instituiu o seguro desemprego para pescador artesanal.

Igualmente publicada ao apagar das luzes de 2014, a MP 664 propõe alterações no Estatuto dos Servidores Públicos Federais (Lei 8.112/1990) ampliando os cortes de direitos para o regime próprio de previdência e atingindo da mesma forma os servidores públicos federais, incluído os docentes do magistério superior e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. Do mesmo modo, modificou outras leis com o objetivo de dificultar e diminuir o abono salarial e o auxílio-doença dos trabalhadores brasileiros.

O artigo 1º da MP 664/2014 cria obrigatoriedade, atualmente inexistente, de 24 meses de contribuições previdenciárias para que o cônjuge ou companheiro tenha direito à pensão por morte. Na prática, significa que se o trabalhador falecer até o 24º mês do emprego, seu cônjuge não terá direito a qualquer pensão. Igualmente, modifica o artigo 74 da Lei 8.213/1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, para instituir carência mínima para o casamento ou união estável assim não haverá direito à pensão para aqueles que estiverem casados há menos de dois anos.

A mesma medida provisória altera o artigo 215 da Lei 8.112/1990 (Estatuto do Servidor Público Federal) para atingir também os servidores públicos instituindo o número mínimo de 24 contribuições para fazer jus a pensão por morte e o mesmo prazo de carência. Portanto, os efeitos negativos da medida editada atingem tanto os trabalhadores do regime geral de previdência como os do regime próprio estatutário federal.

Além de instituir prazos para o acesso aos benefícios, a MP 664/2014 reduz em 50% o valor das pensões por morte dos trabalhadores celetistas através da alteração do artigo 75 da Lei 8.213/1991. O artigo 3º da mesma medida provisória amplia os cortes de benefícios também para os servidores públicos federais.

Essa modificação corresponde à diminuição pela metade dos valores recebidos pela pensão por morte. Desse modo, o trabalhador com a morte de seu cônjuge não terá mais direito à pensão integral e terá bruscamente reduzida a renda para o sustento da sua família. O acréscimo de 10% na pensão por dependente, até o mesmo completar 21 anos, não diminui significativamente o impacto da redução visto a carestia dos preços de alimentos, creches e serviços necessários para sustentar os filhos atualmente.

Outra alteração gravíssima no sistema de seguridade social brasileiro é a introdução, através do artigo 77, § 2º, da Lei 8.213/1991 e do art. 217 da Lei 8.112/1990, da variante expectativa de vida como condicionante para o acesso ao benefício da pensão por morte. Na prática, a pensão por morte deixa de ser um direito assegurado ao trabalhador e torna-se dependente de cálculos atuariais e financeiros do governo. Elevando-se a expectativa de vida e as despesas com pensões e aposentadorias, o governo diminui imediatamente o pagamento das pensões dos trabalhadores.

Não há, assim, mais o direito à pensão vitalícia. O prazo de recebimento da pensão varia de 3 a 15 anos conforme os dados da expectativa de vida elaborados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que em 2014 corresponde a 74,9 anos. Isso significa, por exemplo, que um trabalhador de 25 anos só terá direito a pensão por morte durante 6 anos apenas. Considerando que a expectativa de vida dos brasileiros vem aumentando anualmente, o tempo de duração do benefício tende a diminuir progressivamente nas 6 faixas etárias criadas pela medida provisória. A pensão vitalícia será devida excepcionalmente apenas àqueles que tiverem uma expectativa de sobrevivência menor ou igual a 35 anos o que hoje significaria a idade mínima de 44 anos.

O governo Dilma pretende, assim, economizar R\$ 18 bilhões já no orçamento de 2015. Desse modo, empurra a conta para os trabalhadores da iniciativa privada e do serviço público. As medidas constituem ataque maior aos direitos previdenciários do que a taxação dos inativos do primeiro governo Lula e, como tal, precisa de resposta à altura dos trabalhadores. Contudo, a desinformação sobre os impactos das medidas é o primeiro obstáculo para a mobilização e unidade dos trabalhadores para a revogação dessas medidas. Desse modo,

TR - 49

O 34º CONGRESSO DO ANDES-SN delibera:

1. que o ANDES-SN impulsione campanha nacional para sua base de denúncia sobre o corte desses direitos
2. que o ANDES-SN, junto aos demais sindicatos e centrais representativas dos trabalhadores, promova iniciativas política e jurídica necessárias para ampliar a mobilização e revogar as MPs 664 e 665.

TEXTO 50

Contribuição dos professores: Sandra Maria Marinho Siqueira (base da APUB/BA), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR/RO), Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN/RN), Soraia Carvalho (ADUFCG/PB), Douglas Ferreira de Paula (ADUA/AM)

GOVERNO BURGUESES DE DILMA (PT) ATACA OS EXPLORADOS:

Organizar a frente única de resistência aos ataques capitalistas!

TEXTO DE APOIO

A decisão política do governo Dilma é a de descarregar a crise sobre os ombros da maioria oprimida. Seu ministro da Fazenda, Joaquim Levy, tem por objetivo principal obter um superávit primário de 1,2% do PIB. O que quer dizer economizar cerca de 66,3 bilhões de reais para pagar juros da dívida interna. O pacote de Levy consta de aumento de impostos e de tarifas que serão repassadas à população; de corte de R\$600 milhões/mês no orçamento da educação; de elevação das taxas de juros e de eliminação de direitos trabalhistas. O ataque ao seguro-desemprego atinge frontalmente grande parte dos assalariados, que são vítimas da rotatividade da mão-de-obra (46% dos trabalhadores são demitidos antes de completar seis meses de trabalho). O ataque ao auxílio doença e pensão por morte prejudica os mais pobres. Dilma também vetou a correção de 6,5% na tabela do imposto de renda para 2015. Corrigirá em 4,5%, portanto, abaixo da inflação. O que aumenta o número de assalariados que vão pagar o imposto de renda, confiscando parte de seus ganhos salariais. Outra medida do início de mandato foi a abertura da saúde para o capital estrangeiro, com a lei 13.097. Esse pacote é apenas uma primeira etapa da ofensiva antioperária e antipopular. Estão no horizonte do governo novas medidas contra o salário mínimo e a previdência.

É claro que Joaquim Levy não poderia desfechar de uma só vez o golpe sobre as massas. Os porta-vozes da burguesia avaliam que o ajuste fiscal e monetário deve ser mais amplo e profundo. As consequências dessas ações já são conhecidas: recessão econômica e precarização das condições de vida da maioria. Essa via de enfrentamento da crise econômica assumida pelo governo do PT protege o capital financeiro, investidores, especuladores e todo tipo de parasita. Ao submeter a política econômica ao pagamento dos juros da dívida, o governo petista serve ao grande capital nacional e internacional.

A classe operária e a maioria explorada estão diante de uma encruzilhada: ou se levantam contra o governo burguês de Dilma, ou arcarão com o peso da crise.

O PT e a seu braço sindical tudo farão para manter a classe operária submetida à política burguesa. Redobrarão seus esforços para que confie no Congresso Nacional e assim renuncie à luta coletiva. Estando no poder, partilham da repressão aos movimentos, como ocorreu em junho de 2013. Tudo indica que o governo terá de enfrentar novas jornadas de luta, que podem desta vez ter a classe operária à frente. As demissões em massa e o confisco salarial via inflação não serão impostos sem que haja resistência dos explorados. A traição que a direção do Sindicato Metalúrgico do ABC acaba de fazer na greve da Volks e o encontro das Centrais sindicais com os ministros de Dilma indicam que as forças contrárias ao levante dos explorados começaram a se movimentar. Será necessário romper essa camisa de força e passar por cima das direções sindicais

governistas, pró-capitalistas e pró-imperialistas. O movimento terá de responder à repressão judicial e policial, que tende a se ampliar e intensificar. As bandeiras da democracia política deverão ser levantadas no interior dos movimentos. Os comitês de luta contra a repressão que recém começaram a se formar em São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Paraná deverão ser impulsionados na forma de frente única e da democracia operária.

As massas acabaram de reeleger um governo atado aos grandes capitalistas e as oligarquias; um governo metido a fundo na corrupção e comprometido com as quadrilhas que parasitam o Tesouro nacional. Não há outra via para os oprimidos a não ser rechaçar o governo burguês de Dilma e pôr em pé uma oposição revolucionária.

As massas não apenas estão diante de medidas que lhes são prejudiciais, mas também diante de uma situação de crise em que os capitalistas destroem maciçamente postos de trabalho. O desemprego na indústria avança rapidamente e acabará por atingir outras atividades econômicas. As demissões e o desemprego passam a ser o problema número um. É preciso, portanto, rechaçar a colaboração de classes da burocracia sindical e levantar as reivindicações genuínas dos explorados.

TR - 50

I - Políticas sociais e plano geral de lutas

O 34º. Congresso do ANDES delibera por uma plataforma de luta que leve à constituição da frente única da maioria explorada contra os exploradores nacionais e internacionais:

- 1.** Revogação de todas as medidas antioperárias e antipopulares. Abaixo as MPs 664 e 665!
- 2.** Um salário mínimo vital que corresponda de fato às necessidades integrais da família (salário mínimo vital de R\$ 4.597,57);
- 3.** Estabilidade no emprego. Redução da jornada sem reduzir os salários. Escala móvel das horas de trabalho;
- 4.** Que nenhum trabalhador seja demitido. Unir efetivos e terceirizados. Que os terceirizados sejam incorporados como servidores públicos, sem concurso.
- 5.** Lutar por Saúde pública e gratuita, por meio da Estatização do sistema privado de saúde, sem indenização e constituição de um sistema único, público, gratuito, sob controle operário.
- 6.** Defender a Educação pública e gratuita – Estatização do sistema privado de ensino, sem indenização e constituição do sistema único, público e gratuito, científico, vinculado à produção social, sob controle dos que estudam e trabalham.
- 7.** Estatização do transporte público, sem indenização, controle operário. Implantação do passe livre para desempregados e estudantes;
- 8.** Um plano de moradias constituído pelos sindicatos e movimentos populares, submetido à assembleia geral, a ser cumprido pelos governos;
- 9.** Atendimento imediato das reivindicações dos camponeses e indígenas;
- 10.** Cancelamento da dívida pública. Fim do pagamento dos juros e amortizações;
- 11.** Defender a unidade dos trabalhadores do campo e da cidade para combater a violência reacionária da burguesia. Responder com as bandeiras de fim da PM,

dissolução do aparato repressivo e Tribunais populares para punir os crimes da burguesia.

12. Promover uma campanha permanente contra a repressão e criminalização dos movimentos sociais. No âmbito universitário, que o ANDES trabalhe pela constituição de Comitês Locais, Estaduais e Nacional contra a Repressão, lutando pelo fim dos processos políticos, readmissão de sindicalistas demitidos e expulsão da PM das universidades.

13. Lutar em defesa do direito irrestrito de greve, pelo fim das medidas antigreve do governo e da Justiça!

14. Defesa de Previdência e Seguridade Públicas. Pela derrubada da Reforma da Previdência! Derrubada da Lei 12.772/12 que acentua a precarização da carreira docente.

II - Plano de luta para as universidades

1. Defender o financiamento público integral das Universidades, com orçamento elaborado por quem estuda e trabalha. Pelo fim imediato dos subsídios e financiamentos, que todas dívidas dos estudantes sejam canceladas e o montante pago, devolvido; que todos estudantes do ProUni e do FIES sejam incorporados ao sistema público de ensino, via expropriação, sem indenização, da rede privada de ensino.

2. Rejeitar o Ensino à distância por levar à destruição do ensino como processo social e favorecer a mercantilização e desnacionalização. Pela revogação de toda legislação que implanta o EaD e expropriação das empresas que o exploram.

3. Rechaçar integralmente o PNE por ser privatista e mercantilista, por consolidar a coexistência do ensino privado e público e por não corresponder às transformações democráticas e científicas pelas quais deve passar o sistema educacional brasileiro.

4. Defender a autonomia como autogoverno da comunidade universitária. Coloca-se pela destruição da burocracia universitária e constituição de um governo tripartite, de estudantes, professores e funcionários, subordinado à Assembleia Geral Universitária, com voto universal e mandatos revogáveis.

5. Rechaçar todos programas de avaliação externa, por serem antiautonomistas. Intensificar a campanha pelo boicote ao Enade. A avaliação deve ser feita pelos que estudam e trabalham, como parte da luta pela destruição da burocracia universitária.

TEXTO 51

Contribuição dos professores Tiago Nicola (Adusc); Cláudio Félix (Adusb); Paulo Riela (Adufs); David Romão (Apur); Celi Taffarel (Apub); Cláudio Lira (Apub); Joelma Albuquerque (Adufal); Fernando Cunha (Adufpb); Flávio Melo (Aduferpe); Érika Suruagy (Aduferpe); Eudes Baima (Sinduece); Marco Oliveira (Sesduft); Domingos Savio (Adunemat); Humberto Clímaco, Patricia Sartoratto (Adufg); Everaldo Andrade (Adusp); Juanito Vieira (Apesjf); Janaina Brum (Adufpel).

O ANDES-SN E A LUTA PELA CONSTITUINTE PARA REFORMA POLÍTICA

TEXTO DE APOIO

O Brasil precisa de novas instituições, o povo quer mudanças verdadeiramente vinculadas aos interesses e necessidades da classe trabalhadora. Com esse congresso não dá! Muitas reivindicações dos docentes e demais trabalhadores estão emperradas no parlamento, por isso a urgência de uma Constituinte da Reforma Política.

Nas últimas eleições foi formado o Congresso Nacional mais reacionário desde o fim da ditadura militar e em 2015 terá mais 27% de empresários, mais 23% de ruralistas e menos 44% de sindicalistas. Não podemos deixar que esse Congresso faça uma Reforma Política que ataque os interesses dos trabalhadores. As representações da burguesia não podem nem ouvir falar em Constituinte com delegados eleitos para fazer a Reforma Política, que dê voz ao povo, pois reconhecem que seus interesses estarão sob risco.

Com as manifestações de junho de 2013 revelou-se um fosso entre o povo e as instituições no país exigindo mudanças profundas no sistema político brasileiro. Desde novembro de 2013 a unidade de mais de 500 organizações sindicais, populares e partidárias (entre elas a CUT, a UNE, o MST) na Campanha do Plebiscito Popular por uma Assembleia Constituinte foi um passo importante.

Durante meses milhares de militantes, centenas de manifestações, debates e reuniões culminaram numa votação histórica na semana da pátria (setembro 2014) com cerca de 7,5 milhões de votantes dizendo SIM para uma Assembleia Constituinte soberana e exclusiva para reformar o sistema político brasileiro. Uma votação expressiva e histórica como essa não pode representar uma campanha diversionista, como quis acreditar a CSP-Conlutas. O fato é que milhares querem mudanças de verdade, por isso exigem um Plebiscito Oficial da Constituinte.

O LUGAR DO ANDES-SN É COM A MAIORIA DA CLASSE TRABALHADORA NA CAMPANHA PELA CONSTITUINTE PARA A REFORMA POLÍTICA

O ANDES-SN que tem na sua história a participação ativa em plebiscitos populares (Contra a ALCA, Anulação do Leilão da Vale, e outros), foi impelido em 2014 a virar as costas para as mais de 500 organizações dos trabalhadores que participaram do Plebiscito, aos milhões de votos coletados, ficando ausente desta grande mobilização unificada dos trabalhadores brasileiros. É preocupante a posição da direção do

ANDES/CSP-Conlutas que não só ignorou a significativa participação da categoria na campanha como combateu contra o Plebiscito!

Mas a quem interessa o sistema político como está com instituições como o Congresso Nacional que barra a pauta dos docentes e a pauta do povo? Alegar falta de “pernas” ou desqualificar a proposta dessas organizações como “governistas” ou como “cortina de fumaça” faz jus ao histórico de luta do ANDES-SN? A quem interessou o ANDES-SN não participar dessa ação? Não é aos docentes e aos trabalhadores desse país!

É preciso fazer o balanço das consequências desta política. Isso não pode se repetir em 2015!

O contexto do conflito classista exige que avancemos na unidade da classe para, em conjunto com a maioria, conquistarmos um Plebiscito oficial da Constituinte. Precisamos mobilizar para cobrar do governo, com toda a autoridade, as reivindicações da maioria explorada e oprimida. Consideramos que os docentes das IES precisam estar próximos aos demais trabalhadores, isso exige que o ANDES-SN participe da campanha do Plebiscito Oficial pela Constituinte.

Nesta via se ampliará a possibilidade de abrir caminho para as demandas do povo travadas neste Congresso Nacional como a redução da jornada para 40h sem redução de salário, a reestatização das empresas privatizadas, a reforma agrária, o fim do superávit fiscal primário, aumento de verbas para educação, saúde e transporte públicos.

O nosso lado é com os trabalhadores e o povo, não com os banqueiros e a imprensa burguesa. A luta exige unidade contra os exploradores que querem as coisas como estão, que defendem as instituições atuais herdadas da ditadura militar, como a reação conservadora do PSDB, apoiado pelo PMDB e pela mídia burguesa. Por isso, neste momento é necessária uma ampla unidade daqueles que querem verdadeiras mudanças no país.

Considerando que o Plebiscito Popular por uma Assembleia Constituinte soberana e exclusiva do sistema político brasileiro realizado na semana da pátria (2014) coletou cerca de 8 milhões de votos sendo 97% destes afirmando SIM para uma Assembleia Constituinte no país,

Considerando que esta campanha que reúne mais de 500 organizações sindicais, populares e partidárias (entre elas a CUT, a UNE, o MST) e diversas seções sindicais na base do Andes-SN representa um passo importante na unidade da classe trabalhadora,

Considerando que é urgente uma Reforma Política radical no Brasil através de um Plebiscito oficial da Constituinte para varrer as instituições herdadas da ditadura militar como o congresso nacional e destravar a pauta dos trabalhadores no parlamento,

TR - 51

O 34º Congresso do Andes-SN decide:

1. Que o ANDES se una as mais de 500 organizações e participe desta campanha nacional por uma Constituinte Exclusiva e Soberana para Reforma Política.
2. Que o ANDES mobilize a sua base para se engajar nas atividades nacionais e nos Estados que tenham como pauta uma Assembleia Constituinte Exclusiva e Soberana do sistema político brasileiro.

TEXTO 52

Contribuição dos professores Tiago Nicola (Adusc); Cláudio Félix (Adusb); Paulo Riela (Adufs); David Romão (Apur); Celi Taffarel (Apub); Cláudio Lira (Apub); Joelma Albuquerque (Adufal); Fernando Cunha (Adufpb); Flávio Melo (Aduferpe); Érika Suruagy (Aduferpe); Eudes Baima (Sinduece); Marco Oliveira (Sesduft); Domingos Savio (Adunemat); Humberto Clímaco, Patricia Sartoratto (Adufg); Everaldo Andrade (Adusp); Juanito Vieira (Apesjf); Janaina Brum (Adufpel).

O ANDES-SN E A UNIDADE CONTRA OS CORTES NO ORÇAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

TEXTO DE APOIO

A presidente Dilma, reeleita pela maioria da nação, inicia o segundo mandato com medidas de ajuste contra o povo. Os votos majoritários que deram a vitória ao PT nas urnas em 2014 foram pelas mudanças a favor do povo, como serviços públicos de qualidade e não para o superávit fiscal primário.

O governo através do plano Levy, ministro da fazenda, anuncia R\$ 70 bilhões para pagar os juros da dívida aos banqueiros, garantindo um superávit que agrade ao mercado, o que implica medidas contra o seguro-desemprego, pensões, abono salarial e contingenciamento do orçamento do governo federal na ordem de R\$ 20 bilhões, gerando um corte de R\$ 7 bi somente na Educação!

Ao ser reeleita, Dilma disse “nenhum direito a menos, nenhum passo atrás”, mas toma medidas contrárias aos direitos e conquistas dos trabalhadores. Não podemos aceitar. Diversas entidades como a UNE, o próprio ANDES e as centrais sindicais como a CUT, CSP-Conlutas, etc, já denunciaram estes cortes.

A situação é gravíssima nas instituições federais de ensino superior conforme sintetiza a Reitoria da Unifesp em nota “a situação financeira das universidades federais, que em 2014 foi sofrida, passa a ser ainda mais difícil”. Este ajuste do governo federal tem o efeito cascata nos estados com atrasos de pagamentos de servidores públicos de todas as áreas e contingenciamentos de milhões de reais em praticamente todos os Estados atingindo diretamente a área da educação, desde a básica até o ensino superior. O ajuste é também um fator que atingirá as campanhas salariais de 2015 do funcionalismo e dos docentes do ensino superior que exigem reposição da inflação e aumento real nos salários, além de melhorias nas carreiras.

Portanto, é vital tomar em mãos a iniciativa e se dirigir ao governo Dilma exigindo a imediata revogação destes cortes e atendimento da pauta dos docentes e do funcionalismo.

TR - 52

O 34º Congresso do Andes-SN decide:

1. Realizar uma caravana a Brasília no dia 25 de março convocando todas as seções das instituições de ensino superior brasileiras para exigir do governo federal o fim dos cortes no orçamento.

2. Dirigir-se a todas as entidades sindicais da educação e a todas as centrais sindicais para conjuntamente exigir do governo federal o fim dos cortes no orçamento e o fim do plano Levy com suas medidas contra o povo.

TEXTO 53

Contribuição dos professores Tiago Nicola (Adusc); Cláudio Félix (Adusb); Paulo Riela (Adufs); David Romão (Apur); Celi Taffarel (Apub); Cláudio Lira (Apub); Joelma Albuquerque (Adufal); Fernando Cunha (Adufpb); Flávio Melo (Aduferpe); Érika Suruagy (Aduferpe); Eudes Baima (Sinduece); Marco Oliveira (Sesduft); Domingos Savio (Adunemat); Humberto Clímaco, Patricia Sartoratto (Adufg); Everaldo Andrade (Adusp); Juanito Vieira (Apesjf); Janaina Brum (Adufpel).

O ANDES-SN E A LUTA PELA RETIRADA DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS 664 E 665!

TEXTO DE APOIO

Na virada do ano de 2014 o governo federal editou duas Medidas Provisórias (664 e 665) justificando “corrigir distorções e fraudes” em direitos sociais, mas que segundo a Nota das centrais sindicais (CUT, CTB, Força Sindical, UGT, Nova Central, CSB) “atacam e reduzem direitos referentes ao seguro-desemprego, abono salarial (PIS-PASEP), seguro-defeso, auxílio-reclusão, pensões, auxílio-doença e, ainda, estabelece a terceirização da perícia médica para o âmbito das empresas privadas”. A nota destaca que as medidas “vão na contramão do compromisso com a manutenção dos direitos trabalhistas” e, concluem “de forma unânime as Centrais Sindicais reivindicam a revogação/retirada dessas MPs”.

Em aberta contradição com o discurso eleitoral e de posse da presidente – que não reduziria direitos trabalhistas – as MPs atacam os setores mais vulneráveis, os trabalhadores de baixa renda e os que ingressarem no mercado de trabalho, dificultando o acesso ao seguro desemprego (exigindo 18 meses de trabalho para o 1º acesso, num país campeão de rotatividade, à pensão por morte (reduzida em até 50%) e ao abono salarial do PIS/Pasep (antes concedido após 1 mês de vínculo, passaria a exigir 6 meses!), para ficar nos exemplos mais gritantes. Isso para alcançar uma “economia” de 18 bilhões de reais para engordar o caixa do superávit fiscal primário, enquanto só de desvio de dinheiro público para beneficiar empresas (isenções e desonerações) o Tesouro renunciou a 200 bilhões de reais (dados do Dieese).

A maioria da nação que reelegeu Dilma exigiu mudanças como a melhoria dos serviços públicos e não ajuste para drenar dinheiro para o superávit fiscal como realiza o plano Levy (ministro da fazenda). No ato realizado no dia 28/1 em todo o país todas as centrais sindicais exigiram em uníssono que o governo Dilma retire as MPs 664 e 665. No dia 26 de fevereiro em São Paulo ocorrerá a 9ª Marcha da Classe trabalhadora. É hora da mais ampla unidade para que façamos essa exigência.

TR - 53

O 34º Congresso do Andes-SN decide:

1. Somar-se à luta das centrais sindicais brasileiras e exigir do governo federal a retirada imediata das Medidas Provisórias 664 e 665.
2. O Andes-SN participará das iniciativas nacionais e estaduais para exigir a retirada das MPs.

TEXTO 54

Contribuições dos professores Cláudia Durans (APRUMA), Douglas Bezerra (ADUFPI), Geraldo Carvalho (ADUFPI), Raquel Dias (SINDUECE), Raphael Furtado (ADUFES), Zuleide Queiroz (SINDURCA)

O ANDES – SN E A LUTA PELO DIREITO A CRECHE

TEXTO DE APOIO

Em 2014 o governo federal destinou 42,42% para a dívida pública, 3,44% para educação, 3,91% para a saúde e 2,62% para o trabalho e não destinou nenhum recurso específico para o combate à violência, para a política de igualdade salarial e para ampliação de creches públicas para as mulheres trabalhadoras.

No Brasil, as mulheres sofrem todos os tipos de violência: física, psicológica, moral, patrimonial e, no espaço doméstico o problema cresce a cada ano, mesmo com a publicação da Lei Maria da Penha, em 2006. Na verdade, em 30 anos, mais de 90 mil mulheres foram mortas, sendo que metade foi na última década. Em 4 anos, os casos de estupro cresceram 157%, e as principais vítimas são mulheres trabalhadoras, que utilizam o transporte público, local aonde se dá muitas ocorrências. Atualmente a cada 2 minutos 5 mulheres são espancadas. De acordo com o Relatório *Mapa da Violência – 2012*, 91 mil mulheres foram assassinadas no país entre 1980 e 2010. Quase metade, 43,5 mil ocorreu na última década. Dado alarmante diz da situação das mulheres negras, as que mais morrem, comparadas as brancas. A violência sexual, também cresce assustadoramente, de acordo com dados estatístico da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPN-PR), 1 mulher é estuprada a cada 12 segundos no Brasil e ainda, dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública indicam que em 5 anos, no Brasil, os casos de estupro aumentaram em 168%, de 2005 até 2010. A aprovação da Lei e a criação da Secretária Especial de Políticas Públicas para as Mulheres não foram suficientes para reverter este cenário de violência contra a mulher dada a falta de recursos, equipamentos e atendimento.

No que diz respeito ao trabalho e ao salário da classe trabalhadora, para as mulheres a situação, ainda, é a pior possível, mesmo com a criação e ampliação do Programa de Bolsas. Vivemos em um país em que 40% das famílias são chefiadas por mulheres que cuidam, educam e sustentam sozinhas seus filhos e mesmo quando nas famílias o homem e a mulher trabalham e sustentam a casa, segue a responsabilidade do trabalho doméstico e do cuidado com os filhos por parte das mulheres. Em uma sociedade machista em que estamos inseridos sócio-político-econômico e culturalmente, os problemas vividos pela classe trabalhadora são mais ainda vividos pelas mulheres trabalhadoras.

As mulheres representam 46% da força de trabalho no Brasil. São 7,2 milhões de empregados domésticos, sendo 93% mulheres e deste total 60% são negras e negras. De acordo com o IPEA, em 2009, o trabalho doméstico entre as mulheres representou 21,8% da ocupação das negras, ante 12,6% das trabalhadoras brancas.

No que diz respeito a saúde da mulher e dos seus direitos reprodutivos, os debates são verdadeiros retrocessos, como a proposta do “Estatuto do Nascituro” que transforma a vítima da violência sexual em culpada pela possibilidade de optar interromper a gravidez. A aprovação da MP 557 é um retrocesso, pois devemos avançar para um Programa de saúde para as mulheres que combata a mortalidade materna e a mortalidade das mulheres de uma forma geral. Precisamos ter um Programa que reivindique o PAISM e a Legalização do aborto, que foi aprovado na Conferência de Mulheres, cuja criminalização é um motivo de morte numericamente maior do que os casos de mortalidade materna, ainda que este tema tenha que receber atenção mais adequada da que é dada pelo Estado.

Neste contexto de violência, salários baixos, falta de saúde e condições de vida o ANDES–SN, em conjunto com a CSP Conlutas, não podem deixar de avançar em propostas e ações que ampliem os direitos das mulheres trabalhadoras.

O grande marco do nosso Sindicato foi a realização do 1º. Encontro de Mulheres do ANDES – SN que, em 2010 deu um passo decisivo para fortalecer o a Coordenação de Mulheres da Central que culminou com a realização do I Encontro Nacional de Mulheres do Movimento Mulheres em Luta - MML.

Naquele evento o ANDES apontou para o Plano de Lutas o fortalecimento das mulheres no nosso Sindicato, na nossa Central e avançar para a participação efetiva das mulheres na vida política e no direito à vida.

Queremos destacar aqui que o movimento de mulheres avança a medida em que concretamente realizamos ações efetivas que possibilitam a mulher ter o seu espaço na família, no trabalho, na sociedade. Assim o direito a Creche é uma realidade que devemos afirmar em 2015.

TR - 54

O 34º Congresso do ANDES-SN delibera:

- 1.** Lutar por creches com funcionamento em tempo integral, que sejam públicas e gratuitas e de qualidade, com financiamento estatal, atendendo 100% das crianças, através da aplicação dos 10% do PIB para a educação pública já!
- 2.** Lutar para que em todos os locais de trabalho e estudo das mulheres na universidade tenham creche em tempo integral;
- 3.** Que o ANDES-SN garanta Creches em todas as suas atividades para que a responsabilidade com os filhos não seja impeditivo para a participação das mulheres nas atividades;
- 4.** Fortalecer o abaixo-assinado do MML por 1% do PIB para financiamento das creches.

TEXTO 55

Contribuição dos professores Cláudia Durans (APRUMA), Douglas Bezerra (ADUFPI), Geraldo Carvalho (ADUFPI), Raquel Dias (SINDUECE), Raphael Furtado (ADUFES)

FUNPRESP

TEXTO DE APOIO

Considerando que esse fundo precisa ter um lastro financeiro que não pode ser coberto apenas com a adesão dos novos servidores concursados, ou com a antecipação de R\$ 50 milhões da União, uma migalha frente às exigências de um fundo complementar com os objetivos da FUNPRESP, o governo terá que ampliar os tentáculos para os servidores regidos pelo atual plano de Seguridade Social do Servidor Público, propondo-lhes a migração para esse novo sistema.

Ocorre que toda essa movimentação não é fácil e os prazos para estabelecer um lastro financeiro que garanta as bases de sustentação da FUNPRESP estão se esgotando e há a possibilidade de inviabilização do fundo. Por isso, propomos os seguintes encaminhamentos:

TR – 55

O 34º Congresso delibera:

- 1.** O ANDES-SN deve continuar esclarecendo a categoria, especialmente aos novos professores e professoras que ingressam no magistério federal, sobre os efeitos negativos da aplicação da FUNPRESP e orientar que é preciso inviabilizá-lo, uma vez que significa a privatização da previdência do servidor público;
- 2.** Isso significa propor a NÃO ADESÃO ao FUNPRESP, ainda que não haja uma alternativa classista para o problema;
- 3.** Caso o governo leve a efeito a FUNPRESP e sua eficácia seja sacramentada, o ANDES-SN deve retomar a discussão com a categoria e rever a linha aplicada.

TEXTO 56

Contribuição dos professores Cláudia Durans (APRUMA), Douglas Bezerra (ADUFPI), Geraldo Carvalho (ADUFPI), Raquel Dias (SINDUECE), Raphael Furtado (ADUFES)

O ANDES E AS LUTAS ANTIRRACISTAS

TEXTO DE APOIO

Em março de 2014 aconteceu o I Encontro Nacional de Negros e Negras da CSP Conlutas em São Paulo, com a participação de cerca de 1500 pessoas, entidades e movimentos sociais combatentes das lutas antirracistas e classistas do país. Nesse encontro foram analisadas as condições econômicas, políticas, sociais e culturais, em particular, a violência a que estão submetidos diversos setores mais oprimidos e humilhados historicamente nesta sociedade.

O Encontro denunciou “o processo de genocídio e higienização social que atravessa todas as políticas do governo petistas e seus aliados e cujos efeitos podem ser constatados em dados como os seguintes: a) a possibilidade de um jovem negro ser assassinado no Brasil é 135% maior do que a de um branco. Dados do Ministério da Saúde mostram que mais da metade – 53,3% — dos 49.932 mortos por homicídios, no Brasil, em 2010, eram jovens, dos quais 76,6% eram negros; b) segundo o “Mapa da Violência, 2012”, entre 2002 a 2010 foram registrados\ 272.422 assassinatos de negros, sendo 34.893 só em 2010 e que, como exemplo da cumplicidade da Frente Popular, entre 2002 e 2010 houve uma redução de 24,8% nos homicídios de jovens brancos entre 15 e 24 anos, contra um aumento de 36% no assassinato de negros.

A essa situação, o Estado tem respondido com mais violência e criminalizando a pobreza, da população negra, os lutadores e os movimentos sociais. A polícia brasileira mata em média 6 pessoas por dia. De acordo com o 8º anuário do fórum de segurança pública de 2009 a 2013 foram 11.197 assassinatos. Para se ter uma ideia, a polícia dos EUA assassinou em 30 anos 11.090. Urge reverter esse quadro, investir em políticas públicas, aumentando os gastos sociais para reduzir a miséria e as desigualdades que geram a violência e deixam a nossa população vulnerável ao tráfico de drogas. Ter uma política que enfrente o narcotráfico, a violência policial e a criminalização dos pobres e da população negra.

Diante dessa cruel e perversa situação, entendemos que o ANDES deve estreitar relações de solidariedade e luta com os movimentos antirracistas e classistas a exemplo do Movimento Nacional Quilombo Raça e Classe e setorial de Negros e Negras da CSP Conlutas, dentre outros. Assim o 34º Congresso do ANDES aprova:

TR - 56

O 34º Congresso do ANDES-SN delibera:

1. Contribuir no fortalecimento da luta pela descriminalização das drogas e fim do tráfico, pois são uma das principais justificativas para o extermínio da população negra.
2. Lutar para combater a discriminação religiosa, que também se materializa em preconceito e violência contra o povo negro e sua cultura.

3. Lutar para combater o racismo institucional, que respalda a violência racista e promulga o mito da democracia racial por meio de várias instituições (como a escola e a imprensa) e também, na forma de não fazer valer os direitos já conquistados pela população negra, como a aplicação da Lei nº10.639 e o trato do racismo como crime.
4. Lutar junto com os demais movimentos sociais pela desmilitarização e unificação das polícias

TEXTO 57

Contribuição da Assembleia Geral da Sinduece-SS realizada no dia 2 de fevereiro de 2015

CRISE HÍDRICA

TEXTO DE APOIO

Pode-se afirmar que nos encontramos hoje diante de uma crise hídrica sem precedentes. Trata-se de um fenômeno que não se restringe ao Brasil, mas que tem assolado e/ou assola neste exato momento diversas regiões do Globo (da Califórnia ao Sahel Africano; da Índia à Amazônia que viveu secas extremas com mortandade recorde de árvores de sua floresta em 2005 e 2010).

Não é possível enfrentar este quadro sob uma lógica simplista de que se trata de um mero problema de gestão. Até mesmo restringir a defesa ao direito elementaríssimo do acesso à água a um combate à sua privatização carrega limites profundos. A crise hídrica é algo maior e sistêmico.

A falta de planejamento, evidente em várias localidades, bem como a privatização explícita dos recursos hídricos, como a praticado por Geraldo Alckmin, certamente agudizam a crise e vulnerabilizam ainda mais o abastecimento d'água, incluindo o humano.

Mas é fundamental que se aborde, em primeiro lugar, a questão da demanda hídrica e de seu aumento desproporcional. Em 60 anos, se é verdade que a população humana saiu de 2,5 bilhões, em 1950, para mais de 7 bilhões (um aumento de 2,8 vezes), o uso de água doce cresceu mais de 6 vezes no mesmo período. Hoje, globalmente, estima-se que a agricultura demande - em função da irrigação, especialmente em grandes propriedades - de 60% a 70% da água doce. A indústria, com destaque para a indústria pesada, de base, e a geração de energia, responde por outros 20%, pelo menos, deixando o consumo humano como a menor fatia das três (cerca de 10%). É preciso que se diga que termelétricas, especialmente a carvão, e usinas nucleares, demandam quantidades gigantescas de água para seu funcionamento.

Em segundo lugar, há que se apontar claramente que as mudanças climáticas globais cumprem papel decisivo já nesta crise e cumprirão um papel ainda mais crucial nas crises hídricas futuras. As mudanças climáticas são um fato que, em seu avanço incontido, motivado pelo aumento incessante da concentração de gases de efeito estufa na atmosfera (especialmente CO₂), alteram profundamente o ciclo hidrológico. Aumentam, com o aquecimento global, a capacidade atmosférica de armazenar vapor d'água, o que leva à exacerbação dos extremos tanto de secas e ondas de calor (prolongando períodos de estiagem), quanto de enchentes, inundações, deslizamentos etc., ao proporcionarem o desenvolvimento de tempestades, furacões e sistemas meteorológicos precipitantes mais intensos.

Assim, o modo de produção capitalista se entrelaça com a crise hídrica tanto diretamente, pelo uso intensivo de recursos hídricos, quanto indiretamente, pelas emissões de gases de efeito estufa. Por meio de ambos os aspectos e sua necessidade de crescimento indefinido, engendra um comportamento predatório que lhe é essencial, incontornável. A produção de um único quilograma de carne bovina requer em média 17 mil litros de água. Uma única tonelada de aço produzida numa siderúrgica demanda 300 mil litros. Uma termelétrica a carvão, para cada 1MWh gerado, consome 3 mil litros e uma usina do porte da UTE-Pecém (Estado do Ceará)

demanda quase mil litros de água a cada segundo ao mesmo tempo que emite 2,5 milhões de toneladas de CO₂ por ano. O que mostra quão falso é apresentá-las como alternativas à crise do setor hidrelétrico. A crise é hídrica, energética e climática ao mesmo tempo.

A solução da crise da água passa por um combate sem tréguas à injustiça hídrica. Primeiro, é necessário que haja não apenas total transparência na alocação, uso, transposição da água etc., mas que se respeite a soberania popular na definição da política hídrica. Segundo, na crise, é necessário penalizar os de cima, os que se beneficiam da política privatista perdulária. Urge enfrentar os lucros exorbitantes do agronegócio e da grande indústria, que se dão às custas da secagem de reservatórios hídricos, emissão de gases de efeito estufa (o CO₂ da queima de combustíveis fósseis e desmatamento, o metano do rebanho e plantio alagado e o óxido nitroso dos fertilizantes químicos) e, em última instância do desabastecimento que espalha sede, miséria e barbárie.

TR – 57

O 34º CONGRESSO delibera que o ANDES-SN:

1. promova a articulação dos GTs de Política Agrária, Urbana e Ambiental (GTPAUA) e Ciência e Tecnologia (GTC&T) para encaminhar, junto à entidade e sua base, um amplo debate nacional sobre a crise ecológica, climática e hídrica;
2. se coloque contrário à priorização de fato existente do atendimento da demanda hídrica pelo agronegócio e indústria pesada, lançando em plano nacional uma campanha com o lema “Água Para Quem?” e “Racionamento Para Quem?”;
3. defenda o fim de todos os subsídios da água aos setores privados e defenda moratória de outorga para todos os grandes empreendimentos (agronegócio exportador baseado no latifúndio, termelétricas, mineração, indústrias de uso intensivo de água), sempre que a bacia hidrográfica (e/ou as bacias a ela interligadas) estiver em estado crítico e nela houver uso concorrente com o uso humano. Que um programa de proteção ao emprego dos trabalhadores dessas empresas seja aplicado, a fim de assegurar-lhes a sobrevivência com dignidade enquanto a moratória perdurar;
4. se posicione claramente na defesa dos povos indígenas e comunidades tradicionais, colaborando com uma mobilização nacional para barrar mais uma vez a famigerada PEC-215.

TEXTO 58

Contribuição da Assembleia Geral da Sinduepg

O ANDES E A CONAE: PROJETOS DE SOCIEDADE E DE EDUCAÇÃO EM DISPUTA

TEXTO DE APOIO

O Andes se constituiu, historicamente, como uma importante entidade na luta pela defesa de um projeto societal e educativo que contemple os interesses objetivos da classe trabalhadora. É por essa razão que consideramos necessária a sua inserção nos mais diferentes espaços de disputa sobre o delineamento das políticas educacionais, pois não é possível lutar para romper a lógica do capital sem lutar por uma alternativa educacional significativamente diferente.

Entendemos que as mudanças educacionais que ficam limitadas aos corretivos imediatistas, necessários à reproduzibilidade do capital, inviabilizam o processo de transformação social qualitativa.

Assim, a superação das políticas educacionais de cunho liberal/reformista requer o amplo e profundo envolvimento dos mais diferentes segmentos da sociedade que convergem em relação aos princípios que caracterizam uma educação emancipadora, no sentido político e humano. Caso contrário, ficaremos limitados a agir somente no sentido de remediar os efeitos de uma educação voltada à reprodução social.

Apesar da retórica democrática e da defesa da qualidade da educação brasileira, nos últimos anos observamos que o governo federal tem priorizado o atendimento de demandas emergenciais, pautadas em princípios neopragmáticos, os quais priorizam, predominantemente, os interesses do mercado capitalista.

As ações desenvolvidas no campo da formação de professores, por exemplo, possuem finalidades prático-imediatas, afetando apenas os resultados, os efeitos. Isso quer dizer que é necessário discutir e apontar proposições para superar as causas que geram os principais problemas na educação, demandando alterações substanciais no investimento financeiro para a garantia de condições de trabalho e de valorização docente.

Para tanto, a participação do Andes na Conferência Nacional de Educação é importante, pois tal conferência agrega os mais diferentes segmentos da sociedade brasileira que disputam as prioridades a serem contempladas na agenda que define a política de Estado no campo da educação. A tentativa de aparelhamento do governo, no âmbito da Conae, não pode ser motivo para a não participação do Andes, já que muitas entidades, que não se coadunam com a estratégia governista, compõem o Fórum Nacional de Educação e necessitam do fortalecimento político necessário para que a Conae seja, de fato, um espaço de participação democrática.

Diante disso, a coordenação do Fórum Nacional de Educação, responsável por coordenar as Conferências Nacionais de Educação não será mais presidida por um representante do governo, o que indica a necessidade do Andes de fazer parte do Fórum e participar ativamente das Conaes, defendendo os princípios históricos em defesa de uma educação verdadeiramente humana.

TR - 58

O 34º Congresso do ANDES-SN delibera:

- 1.** Participar do Fórum Nacional de Educação.
- 2.** Organizar a sua base para participar ativamente das Conaes municipais, estaduais e nacionais, a fim de disputar o projeto de educação nacional, como política de estado, que atenda os interesses da classe trabalhadora.
- 3.** Promover debates, no âmbito nacional, nos mais diversos temas que caracterizam os eixos de discussão da Conae, a fim de garantir uma participação qualificada dos seus delegados nas esferas municipais, estaduais e nacional.

TEXTO 59

Contribuição da Assembleia Geral da Sinduepg

PROFESSORES DEFENDEM LIMITES AO FINANCIAMENTO EMPRESARIAL PRIVADO DE CAMPANHA ELEITORAL NO BRASIL

TEXTO DE APOIO

Os professores participantes do Congresso Nacional do ANDES/SN, realizado em Brasília, de 23 a 28 de fevereiro de 2015, manifestam apoio ao projeto Eleições Limpas, apresentado em 2014 por centenas de organizações populares, sindicais, comunitárias e profissionais, através do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE). A proposta de lei de iniciativa popular visa arrecadar 1% do total de eleitores do Brasil (cerca de 1,6 milhão) para ser apresentada ao Congresso Nacional. O MCCE, que já coordenou a construção coletiva de duas leis para limitar o uso do poder econômico nas disputas eleitorais (Lei 9840 E a Lei da Ficha Limpa), apresenta agora o Projeto Eleições Limpas com o objetivo legal declarado, visando acabar com o financiamento empresarial privado de campanha eleitoral, combinando com outros dispositivos complementares que, se aprovado, podem fortalecer as escolhas partidárias e limitar as negociações eleitoreiras, que se mantêm por interesses corporativos de grandes empresas em detrimento das urgências de demanda pública.

TR - 59

O 34º Congresso do ANDES-SN delibera:

1. Assim, a diretoria do ANDES/SN indica que as entidades de base, na medida de suas condições estruturais, contribuam para com a campanha do projeto Eleições Limpas em suas respectivas cidades e instituições de representação sindical.

TEMA IV – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS

A REDE NACIONAL DE COMISSÕES DA VERDADE UNIVERSITÁRIAS (RNCVU) E O ANDES- SN

TEXTO DE APOIO

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi criada pela Lei 12.528/2011, e instalada em maio de 2012, tendo como finalidade apurar as graves violações de direitos humanos perpetradas pelo estado brasileiro de 1946 a 1988, “com o objetivo de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional”⁶. Entre as suas atribuições estavam: (a) o esclarecimento desses crimes, (b) as circunstâncias em que ocorreram, (c) a apuração da sua autoria, (d) o estabelecimento de um conjunto de recomendações ao estado brasileiro, com a finalidade de garantir que os fatos apurados não voltassem a ocorrer. Em quase três anos de trabalho, a CNV produziu um documento final em que relata suas atividades e estabelece nexos causais inequívocos para um grande número de crimes praticados pelo estado brasileiro no período (1946-1988). No entanto, com o desenrolar do seu trabalho, como era de se esperar, a CNV se deparou com inúmeras dificuldades levantadas pelos agentes da ditadura militar brasileira, ainda vivos e influentes nas instituições, e por setores conservadores da sociedade que apoiaram o golpe de 1964 e dele obtiveram benefícios que perduram até o presente. A CNV viu-se limitada pelos parâmetros da assim chamada “transição conservadora”, que cuidou de produzir uma lei de anistia que o STF, até agora, “interpreta” com uma amplitude tal que livra de suas responsabilidades os agentes oficiais, ou oficiosos, do estado brasileiro, que usaram o aparelho do estado para assassinar, sequestrar e torturar cidadãos brasileiros e estrangeiros nesse período. Esta posição se contrapõe a decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos e a deliberações da ONU acerca dos crimes caracterizados como de “lesa humanidade”. Essas instituições consideram que esses crimes são imprescritíveis e não podem ser objeto de anistia. No entanto, o cenário jurídico nacional, leia-se STF, se coloca acima de convenções internacionais, não permitindo, até o presente, que assassinos e torturadores que agiram em nome – ou com a conivência – de instituições nacionais brasileiras, sejam responsabilizados pelos crimes que cometeram contra o povo brasileiro. O cenário atual que se nos apresenta é de complacência com as graves violações de direitos humanos praticadas por agentes do estado brasileiro, elevados à condição de intocáveis pela justiça, ficando esses crimes por eles praticados - profunda e violentamente inscritos na história recente do Brasil - isentos de responsabilização. Nesse contexto, o resultado das apurações da CNV pode ser considerado um ponto de partida para a restituição do direito à verdade histórica que têm todos os brasileiros e que constitui um elemento da mais alta importância para a construção da identidade nacional. O processo de construção do relatório final da CNV, o modo como reagiram os perpetradores e a situação jurídica que desfrutaram – absoluta impunidade – indicam a

⁶ Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade

necessidade de uma ampla mobilização da sociedade brasileira, no sentido de garantir o pleno exercício do direito ao conhecimento da sua história recente e a responsabilização judicial dos autores desses crimes. No entanto, para que isto venha a ocorrer, é necessário que as forças vivas da sociedade se mobilizem, dando sequência ao trabalho de investigar os crimes cometidos nesse período, apontando os responsáveis por eles, lutando para que não permaneçam impunes e, assim, devolvendo ao povo brasileiro a prerrogativa de conhecer a sua própria história, de reparar as vítimas da barbárie estatal, e de assegurar que esses acontecimentos jamais se repitam. Para a realização dessa tarefa, é necessário que os movimentos sociais continuem o longo e difícil trabalho de investigação dos crimes cometidos no período, proponham políticas públicas de reparação pessoal e histórica, e pressionem o estado a rever a “interpretação” da lei de anistia para que os crimes de “lesa humanidade” não sejam premiados com o simples “esquecimento”, o que coloca o estado brasileiro na condição de réu. O ANDES - Sindicato Nacional tem a responsabilidade política de juntar-se aos movimentos sociais e lutar, juntamente com os trabalhadores de outras categorias, para que a verdade, a justiça e a história recente do Brasil sejam restabelecidas. Há em curso um movimento protagonizado por um grande número de Comissões da Verdade de Universidades Brasileiras, que adquiriu a forma de uma Rede Nacional de Comissões da Verdade Universitárias (RNCVU), em junho de 2014, conforme documento anexo produzido no ato da sua criação. A Rede foi estabelecida com a finalidade de continuar apurando as graves violações dos direitos humanos perpetrados pelo estado brasileiro nas universidades e no seu entorno, de modo a contribuir para construir um caminho para que atinjamos os objetivos elencados acima. Mais do que apurar esses crimes, é urgente investigar e explicitar os dispositivos legais oriundos da ditadura que, de muitas formas, continuam presentes em nossas leis ordinárias, em nossos estatutos e regimentos, configurando o que constitui uma das dimensões da assim chamada “ditadura continuada”. Esta também é uma das atribuições da RNCVU. O Andes, sendo um sindicato nacional, certamente poderá contribuir expressivamente para a construção desse processo, que é fundamental para o avanço das mais caras conquistas do povo brasileiro neste século e, diante disso, não pode deixar de apoiar esta Rede de CVs. E a CV-ANDES de fazer parte dessa Rede.

TR - 60

O 34º CONGRESSO delibera:

1. Que o ANDES - Sindicato Nacional apoie a iniciativa da formação da Rede Nacional de Comissões da Verdade Universitárias (ocorrida em reunião nacional, no Rio de Janeiro, de 06 de junho de 2014), e estabeleça um plano conjunto de ações entre a CV-Andes e a Rede, de modo a fortalecer a luta dos trabalhadores pelo restabelecimento da verdade histórica, pela responsabilização dos agentes do estado brasileiro que cometeram graves violações dos direitos humanos durante a ditadura militar (1964-85) e pela reforma dos preceitos legais que mantêm no ordenamento jurídico das Universidades dispositivos inspirados no aparato repressivo do período ditatorial (ditadura continuada).

2. Realizar um evento de caráter nacional em 31 de março de 2015, convidando todas as Comissões da Verdade Universitárias e das organizações da sociedade civil do campo democrático e popular que formaram suas CVs, para marcar a data do golpe de 1964, destacando: (a) a posição do ANDES - Sindicato Nacional como entidade engajada na luta pelo direito à verdade histórica, à reparação dos crimes praticados pelo estado contra o povo brasileiro e pela responsabilização dos agentes do estado que perpetraram crimes de lesa humanidade durante a ditadura civil militar instaurada em 1964; e (b) pela filiação da CV-ANDES à Rede Nacional das Comissões da Verdade Universitárias.

TEXTO 61

Contribuição Assembleia Geral da APUFPR-SSIND

PROPOSTA DE REESTRUTURAÇÃO DAS DIRETORIAS REGIONAIS DO ANDES-SN – ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA

TEXTO DE APOIO

O ANDES-SN tem se pautado, desde a sua fundação, pela defesa dos direitos e interesses da categoria docente, bem como se engajado nas lutas do conjunto da classe trabalhadora e dos movimentos sociais, em seus mais diversos contextos, objetivando o reconhecimento de direitos, a consolidação do processo democrático e a satisfação dos interesses maiores do povo brasileiro.

O ensino superior apresenta novos desafios:

⑩ A expansão indiscriminada das instituições públicas (universidades e institutos federais), na sua maioria organizadas em multicampi, exigem um trabalho e a presença mais constante da diretoria para resolver as demandas existentes.

⑩ Por outro lado, o processo de organização das instituições privadas em grandes conglomerados e com representação em vários locais no país com características muito diferenciadas, vai exigir igualmente um trabalho e uma presença cada vez mais próxima dos diretores do sindicato, nessas instituições.

Essas diretrizes implicam fomentar no cotidiano docente, reflexões e práticas articuladas à realidade social e o estabelecimento de espaços para a discussão das muitas temáticas associadas ao plano de lutas, deliberado no Congresso anual do ANDES-SN.

A execução do plano de lutas, a administração geral e as atividades de representação do ANDES-SN estão a cargo da Diretoria composta por onze Diretores nacionais (Presidente, Vice Presidentes, Secretários e Tesoureiros) e vinte e quatro Vice-Presidentes Regionais. Esses trinta e cinco membros estão incumbidos das atividades de âmbito nacional, incluindo as coordenações dos Setores (Federais, Estaduais e Municipais, Particulares), das cinco encarregaturas e dos onze Grupos de Trabalho. Compõe ainda a Diretoria quarenta e oito Diretores Regionais, com atuação limitada ao âmbito da respectiva Regional.

As tarefas a cargo da Diretoria do ANDES-SN vão demandar muito mais esforço dada a extensão do seu plano de lutas e da conjuntura política adversa aos trabalhadores e aos movimentos sociais, que se constitui na realidade dos últimos anos. Às dificuldades enfrentadas nessas lutas junta-se aquelas decorrentes do fato de que os membros da Diretoria não dispõem de liberação sindical, tendo que conciliar, em sua maioria, as atividades acadêmicas em suas IES com a atividade sindical.

Assim, julgamos que contribuiria para a melhoria das atividades do ANDES-SN que o núcleo de atuação nacional da Diretoria tivesse o seu número de membros ampliado, o que requer mudança estatutária, que propomos seja efetivada a partir da gestão 2016-2018.

A proposta, basicamente, consiste em manter o atual número de 06 (seis) Diretores nas Regionais, mas alterando os cargos, da seguinte forma:

- 1) As Regionais passariam a ser compostas por 03 (três) Vice-Presidentes (1º, 2º e 3º Vice-Presidentes Regionais) e mais 03 (três) Diretores (1º, 2º e 3º Diretores Regionais).
- 2) Os 1º, 2º e 3º Vice-Presidentes Regionais comporiam o núcleo nacional da Diretoria, que, então, passaria dos atuais 35 (trinta e cinco) membros para 47 (quarenta e sete) membros.

TR - 61

O 34º Congresso do ANDES-SN delibera:

1) Os atuais incisos IV e V do artigo 32 do Estatuto:

“Art. 32 - A DIRETORIA é composta de membros efetivos assim distribuídos:

(...)

IV - Primeiros-Vice-Presidentes Regionais e Segundos-Vice-Presidentes Regionais, representando as seguintes regiões:

a) Norte I: Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima;

b) Norte II: Pará, Amapá;

c) Nordeste I: Ceará, Maranhão e Piauí;

d) Nordeste II: Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco;

e) Nordeste III: Alagoas, Sergipe e Bahia;

f) Planalto: Distrito Federal, Goiás e Tocantins;

g) Pantanal: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul;

h) Leste: Espírito Santo e Minas Gerais;

i) Rio de Janeiro;

j) São Paulo;

l) Sul: Paraná e Santa Catarina;

m) Rio Grande do Sul.

V - fazem parte ainda da DIRETORIA um Primeiro-Secretário Regional, um Segundo-Secretário Regional, um Primeiro-Tesoureiro Regional e um Segundo-Tesoureiro Regional, cujo âmbito de atuação e competência se limita à área de sua Regional.”

Passam a ter a seguinte redação:

IV-A. Primeiros Vice-Presidentes Regionais, Segundos Vice-Presidentes Regionais e Terceiros Vice-Presidentes Regionais, representando as seguintes regiões:

a) Norte I: Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima;

b) Norte II: Pará, Amapá;

- c) Nordeste I: Ceará, Maranhão e Piauí;
- d) Nordeste II: Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco;
- e) Nordeste III: Alagoas, Sergipe e Bahia;
- f) Planalto: Distrito Federal, Goiás e Tocantins;
- g) Pantanal: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul;
- h) Leste: Espírito Santo e Minas Gerais;
- i) Rio de Janeiro;
- j) São Paulo;
- l) Sul: Paraná e Santa Catarina;
- m) Rio Grande do Sul.

V- A. fazem parte ainda da DIRETORIA um Primeiro Diretor Regional, um Segundo Diretor Regional e um Terceiro Diretor Regional, cujo âmbito de atuação e competência se limita à área de sua Regional.

2) O inciso VII e os parágrafos 1º, 2º e 3º do art. 41 do Estatuto:

“Art. 41. Compete aos Vice-Presidentes Regionais:

(...)

VII - movimentar, juntamente com o tesoureiro em exercício, as contas da Secretaria Regional;

(...)

§ 1º. Da composição da Secretaria Regional fazem parte um Primeiro-Secretário, um Segundo Secretário, um Primeiro-Tesoureiro e um Segundo-Tesoureiro.

§ 2º. O Segundo-Vice-Presidente Regional substituirá o Primeiro-Vice-Presidente Regional nas suas faltas, impedimentos e afastamento definitivo.

§ 3º. Os diretores de Secretarias Regionais substituirão os Segundos-Vice-Presidentes Regionais nas suas faltas, impedimentos ou afastamento definitivo.

(...)”

Passam a ter a seguinte redação:

VII-A – movimentar as contas da Secretaria Regional, em conjunto com um dos Diretores Regionais que será designado para tal fim em reunião da Secretaria Regional.

§ 1º A. Da composição da Secretaria Regional fazem parte um Primeiro Diretor Regional, um Segundo Diretor Regional e um Terceiro Diretor Regional

§ 2º A. O Segundo Vice-Presidente Regional substituirá o Primeiro Vice-Presidente Regional e o Terceiro Vice-Presidente Regional substituirá o Segundo Vice-Presidente Regional nas suas faltas, impedimentos ou afastamento definitivo.

§ 3º A. O Primeiro Diretor Regional substituirá o Terceiro Vice-Presidente Regional, o Segundo Diretor Regional substituirá o Primeiro Diretor Regional e o Terceiro Diretor Regional substituirá o Segundo Diretor Regional nas suas faltas,

impedimentos ou afastamento definitivo.

3) incluir um art. 80 no Título VII – Disposições Transitórias do Estatuto com a seguinte redação:

Art. 80. Entrarão em vigor a partir do mandato da Diretoria 2016-2018 os seguintes dispositivos deste Estatuto:

I - Os incisos VI-A e V-A do art. 32;

II - O inciso VII-A e os parágrafos 1º A, 2º A e 3º A do art. 41.

Parágrafo Único: O estabelecido neste artigo será observado nas eleições para a Diretoria gestão 2016-2018 para o atendimento ao disposto no art. 54 deste Estatuto.

TEXTO 62

Contribuição dos professores Ana Livia Adriano (ADUFF); Bruno José da Cruz Oliveira (ADUNIRIO); Cláudio Rezende Ribeiro (ADUFRJ); Charles de Sousa Toniolo (ADUFRJ); Eblin Joseph Farage (ADUFF); Edson Teixeira da Silva Júnior (ADUFF); Elza Dely Macedo Cysneiros (ADUFF); Elizabeth Carla Vasconcelos Barbosa (ADUFF); Felipe Brito (ADUFF); Fernanda Maria da Costa Vieira (APES); Francine Helfreich Coutinho dos Santos (ADUFF); Isabella Vitória Pedroso (ADUFF); Janaina Bilate (ADUNIRIO); Juliana Fiúza Cislaghi (ASDUERJ); Juarez Torres Duayer (ADUFF); Lia de Mattos Rocha (ASDUERJ); Luciano Rodrigues de Sousa Coutinho (ADUFRJ); Maria Malta (ADUFRJ); Maíra Tavares Mendes (ADUSC); Mauro Luís Iasi (ADUFRJ); Rodrigo Silva Lima (ADUFF); Wanderson Fabio de Melo (ADUFF); Ramiro Marcos Dulcich Piccolo (ADUFF); Rigler Aragão (SINDUNIFESSPA); Renata Rodrigues Vereza (ADUFF); Vanessa Bezerra de Souza (ADUNIRIO).

APOIO FINANCEIRO AO CASARÃO DA LUTA E AO SISTEMA DE FORMAÇÃO POLÍTICA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO (MTST)

TEXTO DE APOIO

O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) empenha-se diariamente na mobilização, organização e luta trabalhadores(as) concentrados(as) nos territórios de pobreza das periferias urbanas brasileiras, que padecem do déficit habitacional e dos demais efeitos da segregação urbana e da especulação imobiliária/fundiária. Para tal, desenvolve um repertório de ações, cujo cerne é a ocupação de latifúndios urbanos que não cumprem função social. Assim, por meio da ocupação, estimula a ação direta, coletiva e organizada de trabalhadores(as) sem teto: a manutenção e reprodução de uma ocupação politicamente organizada depende do funcionamento de instâncias coletivas, tais como assembleias, grupos de trabalhos, cozinhas coletivas e coordenações de núcleos. Atuando desde 1997, o Movimento encontra-se numa tentativa de nacionalização, que envolve os estados de Roraima, Tocantins, Goiás, Ceará, Rio de Janeiro, São Paulo, além do Distrito Federal e de um embrião organizativo no Rio Grande do Sul.

A vida cotidiana nas ocupações desencadeia um interessante processo de formação política que, entretanto, requer mais mediações formativas/formadoras para se

potencializar e qualificar. Além do mais, junto à atuação cotidiana nas ocupações, os militantes sem teto precisam construir outras atividades para reivindicar a conquista de políticas públicas de habitação popular, como atos de ruas e lutas comunitárias, em geral. Logo, a formação política, lastreada no repertório de ações do MTST, é um desafio renovado, respondido com variados cursos e debates de formação (com experiências pedagógicas diversas), voltados a diferentes níveis e momentos de luta. Com isso, há cursos/debates/dinâmicas de grupo para os acampados que desempenham a tarefa de coordenadores de núcleos das ocupações, para os militantes do Movimento que se integram aos coletivos setoriais (como os setores de comunicação, de organização interna, de articulação política, dentre outros), para os militantes do Movimento que integram as coordenações estaduais e a coordenação nacional etc.

Contudo, apesar de todo o esforço, essas iniciativas formativas carecem ainda de consolidação, expansão e, principalmente, sistematização. Ademais, algumas dimensões indispensáveis da luta política, como as que envolvem questões étnico-raciais, homoafetivas e de gênero, precisam ser mais integradas à totalidade organizativa.

Como conquista de um ciclo de luta de mais de uma década, o Movimento conseguiu, além de moradias, a desapropriação de uma casa ociosa, em Taboão da Serra (SP), que passou a ser chamada de “Casarão da Luta”. Pretendemos consolidá-la como espaço nacional de formação, com biblioteca, videoteca, alojamento, sala de reuniões, brinquedoteca e creche (para assegurar a participação qualificada das militantes do Movimento com filhos). Articulado ao Casarão da Luta, ampliar as experiências pedagógicas pelos estados, no atual esforço de nacionalização do Movimento.

Para efetivar esses objetivos, a solidariedade e participação de sindicatos aliados são indispensáveis, sobretudo se levarmos em conta que o MTST preserva (de modo inegociável) a autonomia perante empresas, governos, igrejas e partidos políticos, e aglutina uma base social formada por desempregados(as), informalizados(as) ou recém inseridos nas áreas mais precarizadas (e rotativas) do mercado formal de trabalho. Ademais, é muito importante considerar que o processo de nacionalização do MTST, conforme já registrado, abarca estados como Roraima, Tocantins e Goiás. Apesar da atuação de dedicados militantes e organizações de esquerda, sabemos das dificuldades sobressalentes de se encontrar interlocutores políticos nesses estados.

Em suma, 2015 anuncia-se como um ano de intensificação das lutas, e o MTST revela-se como um importante Movimento para alcançarmos, juntos, essa intensificação!

TR - 62

O 34º CONGRESSO DO ANDES delibera:

1. autorizar o ANDES-SN a contribuir, por um período de 12 meses, com R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais ao Casarão da Luta e ao sistema de formação política do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST);
2. recomendar que as seções sindicais, conforme suas possibilidades, apoiem as lutas políticas do MTST nos estados.

TEXTO 63

Contribuição dos professores Cláudia Durans (APRUMA), Douglas Bezerra (ADUFPI), Geraldo Carvalho (ADUFPI), Raquel Dias (SINDUECE), Raphael Furtado (ADUFES)

SOBRE O ENRAIZAMENTO DA CSP-CONLUTAS NO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

O ANDES-SN é um sindicato nacional cujas deliberações somente podem ser adotadas em fóruns únicos, envolvendo a representação do conjunto da base. Os dispositivos estatutários, por exemplo, são aprovados em Congresso Nacional, após ampla discussão na categoria e debate pelos delegados e pelas delegadas. Assim, a resolução uma vez aprovada, vale para toda a extensão representativa de nossa entidade no território nacional. Ou seja, para as todas as instâncias organizativas: Nacional, Regional e Seção Sindical (AD).

Com efeito, na medida em que o Congresso Nacional aprova, resta ao conjunto das instâncias aplicar na realidade os efeitos de tais resoluções.

Dentre as resoluções mais importantes aprovadas nos recentes congressos de nossa categoria está a filiação à CSP-CONLUTAS, central sindical que hoje representa o eixo ordenador das lutas gerais dos trabalhadores, dos movimentos populares e estudantis, e dos setores que lutam contra a opressão de gênero, de raça e LGBT, de forma independente dos patrões e seus governos, e autônoma frente aos partidos políticos. Destaque-se que o ANDES-SN foi ator de primeira hora na construção da central, fazendo parte de sua organização desde a fundação da precursora Coordenação Nacional de Lutas – CONLUTAS, surgida após o Encontro Nacional contra as reformas sindical e trabalhista, em março de 2004. Deste período até os dias de hoje, nosso sindicato aprofundou o debate no interior da categoria e se transformou em uma das mais ativas entidades da atual CSP-CONLUTAS, sempre compondo sua direção nacional.

Destarte a filiação de várias Seções Sindicais que cumpriram a decisão congressual, e procederam filiação à Central, várias outras ainda se encontram em situação de débito político frente essa resolução. Nesse sentido, temos uma situação, no mínimo, incomoda, em razão da decisão tomada democraticamente pela categoria em suas instâncias, qual seja de uma filiação capenga e incompleta. Para sermos mais precisos, o “dever de casa” não foi feito por boa parte das Seções Sindicais e temos uma decisão democrática, amplamente discutida ao longo dos anos, que não foi totalmente aplicada na realidade.

A resolução adotada no último congresso de “enraizamento da central” foi correta, porém, admitamos, sem efeito, na medida e que façamos o balanço no período que vai do congresso de 2014 e o atual. E uma resolução aprovada para corrigir o não cumprimento de outra resolução, que também não foi cumprida, desmoraliza o caráter deliberativo da instância máxima de nossa organização, qual seja o congresso nacional.

Assim, sem aprofundar as razões para o descumprimento dessas resoluções de congressos anteriores, apontamos na TR a seguir as medidas necessárias para quitação desse débito congressual:

TR - 63

O 34º Congresso do ANDES-SN delibera:

1. Lançar uma campanha pela filiação de todas as Seções Sindicais à CSP-CONLUTAS, tendo a diretoria nacional do sindicato como vanguarda dessa política. Isso significa prever na agenda da diretoria do ANDES-SN reuniões preparatórias com as diretorias das seções e debates acerca do tema com a base;
2. Estipular um prazo até 15 de maio – data limite para filiação e regularização das entidades, de modo a permitir eleição de delegados para o próximo congresso da Central - para que as Seções Sindicais procedam a filiação e incorporação dessas às instâncias da central nos estados, ou seja, as Coordenações Estaduais e as Secretarias Executivas Estaduais;
3. Respeitar os critérios de representação da Central e as obrigações estatutárias, como o pagamento integral dos 5% sobre toda a arrecadação do sindicato. Hoje, repassamos à central apenas o equivalente a 5% do montante de 20% que é repassado à Nacional. Ficam faltando os 5% sobre o montante de 80% que fica nas Seções Sindicais que integram, de fato, a Central. Lembremos que o sindicato é único e, na medida em que parte das Seções Sindicais não contribui sobre sua arrecadação, temos uma situação de não integralidade da contribuição mensal para a CSP-CONLUTAS.

TEXTO 64

Contribuição dos professores Cláudia Durans (APRUMA), Douglas Bezerra (ADUFPI), Geraldo Carvalho (ADUFPI), Raquel Dias (SINDUECE), Raphael Furtado (ADUFES)

UMA PROPOSTA DE REESTRUTURAÇÃO NA FORMA DE COMPOSIÇÃO DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

Desde o Encontro Intersetorial de 2013, iniciou-se um importante debate sobre a estrutura sindical do Andes-SN. Este debate avançou no Seminário sobre estrutura e organização sindical, em 2014. Quatro pontos têm sido o centro do debate: 1) a diretoria ser eleita de forma majoritária ou proporcional; 2) a diretoria ter um/uma presidente ou ter a forma de coordenações; 3) a forma de eleição das Secretarias Regionais do Andes (junto com a executiva do Andes ou em separado) e 4) qual a melhor forma organizativa de lidar com a questão da multicampia.

Entendemos que este debate ainda está começando, e tem muito a avançar, com tranquilidade, mas pensamos que algumas coisas já podem ser encaminhadas. Iremos aqui acrescentar alguns elementos às posições que já temos defendido em outros espaços.

- 1) Sobre a forma de eleição da diretoria: em nossa visão, a diretoria deveria ser composta pelas chapas que disputarem a eleição do Andes, utilizando-se a forma de proporcionalidade qualificada. O que isto significa: Se duas chapas disputam a direção

do Andes e uma obtém 60% dos votos, e a outra 40%, a mais votada terá 60% dos cargos e a menos votada 40%. Mas, a mais votada não escolhe primeiro todos os cargos a que tem direito. Essa escolha dos cargos ocorre alternadamente entre as chapas, até acabarem todas as vagas a que a chapa menos votada tem direito na diretoria. Aí as vagas restantes ficam todas com a chapa mais votada. Esta é a forma mais democrática.

Por que defendemos isto?

Entendemos que a diretoria do Andes (e de qualquer sindicato) está muito longe de ser uma mera executora das políticas definidas nas instâncias deliberativas do mesmo. Pelo contrário, a diretoria não só interpreta a forma de aplicar as resoluções, como também é quem dá a linha orientadora para os espaços de deliberação da entidade. Ou seja, tem uma tarefa de elaboração política de primeira grandeza. Neste sentido, é importante que, assim como nos espaços deliberativos do Andes (Congressos e Conads), as diferentes posições representativas das diferentes correntes de opinião dentro do movimento docente também estejam representadas dentro da diretoria, na proporção do peso que elas têm na base da categoria. Isto tornaria a direção do Andes menos monolítica, menos centralizada como um partido político e mais plural como é o movimento docente.

Esta forma composição da diretoria é a forma adotada por todas (apenas todas) as outras entidades do funcionalismo público federal: Fasubra, Sinasefe, Fenajufe e Condsef. E nenhuma delas cogita mudar a forma de composição de suas diretorias. Em recente debate, foi argumentado contra esta posição que nenhuma entidade sindical dos servidores federais funciona, exceto o Andes. E isto é por causa da proporcionalidade. Também foi defendido o argumento de que, se a diretoria do Andes-SN fosse composta proporcionalmente o Andes deixaria de existir, entre outros argumentos apocalípticos. Discordamos completamente deste método do pânico, que não ajuda no debate. O Andes obviamente continuaria a existir, como continuam a existir todas as outras entidades dos SPFs. Além disto, afirmar que as nossas entidades-irmãs não funcionam é, inclusive, um desrespeito a entidades com um histórico de luta tão importante.

Então, é necessário refletir seriamente sobre esta proposta. Analisamos que é o melhor e mais democrático método de composição de uma diretoria. Não é uma questão de princípio, existem situações em que não é possível abrir desta forma, pois colocaríamos inimigos de classe dentro do sindicato. Muitas vezes, em sindicatos operários, existem chapas construídas diretamente pela patronal e a presença de pelegos, espiões dos patrões dentro da entidade é um risco inclusive à vida dos trabalhadores. Neste caso, não é possível ser adotada a forma mais desejável em geral da proporcionalidade.

Não é esta a situação no Andes-SN. A proporcionalidade oxigenaria a diretoria, antecipando debates que ocorrem na base do sindicato e que só aparecem em congressos ou Conads. A proporcionalidade garantiria que os melhores quadros do MD estivessem presentes na diretoria, conforme indicados pela base dos docentes. É evidente que a categoria perde quando apenas uma corrente de opinião monopoliza todos os cargos, enquanto outras formas de ver o movimento, representativas de posições expressivas na base, com quadros preparados e respeitados pela categoria, ficam de fora. O Andes só se enfraquece com este monolitismo. Esta forma de eleição favorece a burocratização. O exercício da convivência entre diferentes opiniões na diretoria é salutar, mais do que isto, necessário.

2) Sobre a figura do/da presidente: é necessário pensar uma forma organizativa menos centrada em uma pessoa e com tarefas mais descentralizadas. A forma de coordenações gerais, como utilizada também pelos outros sindicatos dos SPFs é, em nossa opinião, a

mais adequada. Propomos a criação de três coordenações gerais, no lugar de um presidente.

3) Sobre a forma de eleição das Secretarias Regionais: entendemos que este é um ponto a respeito do qual se precisa refletir mais. É um problema que as secretarias sejam eleitas da forma como são hoje (de forma nacionalizada), pois isto faz com que, por diversas vezes, a regional tenha pouca ou nenhuma relação com o movimento docente daquela base territorial. Por outro lado, como as secretarias regionais hoje fazem parte da estrutura da diretoria do Andes-SN, não faz sentido que as mesmas sejam eleitas em separado do resto da diretoria do sindicato. É necessário discutir a possibilidade de que as secretarias regionais não fizessem parte da diretoria do Sindicato, funcionando como uma espécie de Conselho de Representantes. Neste caso, poderiam ser eleitas por região, independentemente da diretoria nacional do Andes, e teriam uma representatividade maior na sua base. Mas neste caso, seria necessário mudar a composição da diretoria nacional, ampliando-a. Esta é uma discussão a ser amadurecida pelo conjunto da categoria, e para isto é necessário que continuemos a debater, sem deliberar sobre esta questão agora, quando seria precipitado. Além disto, discordamos de quaisquer argumentos que pensem a composição da diretoria do Andes a partir de um cálculo sobre a facilidade maior ou menor de se disputar a sua direção. Trata-se aqui de pensar qual a melhor forma de organização para potencializar a luta da categoria.

4) Sobre a questão da multicampia: Esta é uma questão complexa para a qual a melhor solução varia de lugar para lugar. No entanto, entendemos que algumas linhas gerais podem ser estabelecidas.

Em primeiro lugar, devemos ter a regra de: uma universidade, uma seção sindical do Andes-SN. Não devemos dividir a representação do Andes-SN em uma mesma universidade.

A princípio, deve haver uma secretaria ou regional da seção sindical em cada campus. Se isto não for possível, devido ao número muito elevado de campi, que haja uma regional para todos os campi de um determinada região geograficamente próxima. Estas regionais são organizações por local de trabalho, fundamentais para aproximar os docentes do sindicato. Devem ser eleitas pelos docentes daquela região e ter atuação conjunta com o sindicato. Em caso de assembleias, se forem pra tratar de questões específicas da regional, podem ser feitas apenas na regional. Em questões de ordem mais geral, são também feitas assembleias na regional, de forma combinada com as das outras regionais.

Entendemos que estas questões devem continuar sendo objeto de reflexão dos docentes e nosso objetivo aqui é dar uma contribuição a este debate.

TR - 64

O 34º Congresso do ANDES-SN delibera:

1. Que a eleição para a direção do Andes-SN seja feita seguindo a forma de proporcionalidade qualificada entre as chapas concorrentes na composição da diretoria.
2. Que seja extinta a função de presidente do Andes-SN e substituída por três coordenações gerais. Ver como rearranjar os cargos entre os 11.

Errata ao Caderno de Textos do 34º Congresso do ANDES-SN

Na página 3 do Caderno de Textos substituir o texto “Texto 10 - Ação direta – O ANDES-SN retomando a sua trajetória de luta - Ágatha Justen Gonçalves Ribeiro (ex-sindicalizada da ADUFRJ, desempregada), Alexandre Pinto Mendes (ADUR-SSind), Antônio Cláudio Moreira Costa (ADUFU-SSind.); Antônio Luís de Andrade (ADUNESP-SSind.); Clarisse Toscano de Araujo Gurgel (ADUNIRIO); Claudio Roberto Marques Gurgel (ADUFF-SSind.), Francisco Carlos Duarte Vitória (ADUFFPel-SSind.); Janete Luzia Leite (ADUFRJ-SSind.); Luciano da Silva Alonso (ADUR-RJ-SSind.); Luís Mauro Sampaio Magalhães (ADUR-RJ-SSind.); Maria Simone Ferrer Pereira (ADUFU-SSind.); Marília Leite Washington (ADUFSCar-SSind.); Zenilde Moreira Borges de Moraes (ADUFERPE-SSind.); Heitor F. Mothé Filho (ADUR-SSind)”

Pelo texto “Texto 10 - Ação direta – O ANDES-SN retomando a sua trajetória de luta - Alexandre Pinto Mendes (ADUR-SSind), Antônio Cláudio Moreira Costa (ADUFU-SSind.); Antônio Luís de Andrade (ADUNESP-SSind.); Clarisse Toscano de Araujo Gurgel (ADUNIRIO); Claudio Roberto Marques Gurgel (ADUFF-SSind.), Francisco Carlos Duarte Vitória (ADUFFPel-SSind.); Janete Luzia Leite (ADUFRJ-SSind.); Luciano da Silva Alonso (ADUR-RJ-SSind.); Luís Mauro Sampaio Magalhães (ADUR-RJ-SSind.); Maria Simone Ferrer Pereira (ADUFU-SSind.); Marília Leite Washington (ADUFSCar-SSind.); Zenilde Moreira Borges de Moraes (ADUFERPE-SSind.); Heitor F. Mothé Filho (ADUR-SSind)”

Na página 54 do Caderno de Textos, substituir o texto “Texto 10 - Ação direta – O ANDES-SN retomando a sua trajetória de luta - Ágatha Justen Gonçalves Ribeiro (ex-sindicalizada da ADUFRJ, desempregada), Alexandre Pinto Mendes (ADUR-SSind), Antônio Cláudio Moreira Costa (ADUFU-SSind.); Antônio Luís de Andrade (ADUNESP-SSind.); Clarisse Toscano de Araujo Gurgel (ADUNIRIO); Claudio Roberto Marques Gurgel (ADUFF-SSind.), Francisco Carlos Duarte Vitória (ADUFFPel-SSind.); Janete Luzia Leite (ADUFRJ-SSind.); Luciano da Silva Alonso (ADUR-RJ-SSind.); Luís Mauro Sampaio Magalhães (ADUR-RJ-SSind.); Maria Simone Ferrer Pereira (ADUFU-SSind.); Marília Leite Washington (ADUFSCar-SSind.); Zenilde Moreira Borges de Moraes (ADUFERPE-SSind.); Heitor F. Mothé Filho (ADUR-SSind)”

Pelo texto “Ação direta – O ANDES-SN retomando a sua trajetória de luta - Alexandre Pinto Mendes (ADUR-SSind), Antônio Cláudio Moreira Costa (ADUFU-SSind.); Antônio Luís de Andrade (ADUNESP-SSind.); Clarisse Toscano de Araujo Gurgel (ADUNIRIO); Claudio Roberto Marques Gurgel (ADUFF-SSind.), Francisco Carlos Duarte Vitória (ADUFFPel-SSind.); Janete Luzia Leite (ADUFRJ-SSind.); Luciano da Silva Alonso (ADUR-RJ-SSind.); Luís Mauro Sampaio Magalhães (ADUR-RJ-SSind.); Maria Simone Ferrer Pereira (ADUFU-SSind.); Marília Leite Washington (ADUFSCar-SSind.); Zenilde Moreira Borges de Moraes (ADUFERPE-SSind.); Heitor F. Mothé Filho (ADUR-SSind)”